

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VILMAR ALEIXO

**CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL PARA EMPRESAS PRESTADORAS
DE SERVIÇO**

CURITIBA

2016

VILMAR ALEIXO

**CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL PARA EMPRESAS PRESTADORAS
DE SERVIÇO**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: MSc. Luiz Carlos de Souza

CURITIBA

2016

RESUMO

ALEIXO, V. Cálculo do Simples Nacional para empresas prestadoras de serviços. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como deve ser calculado corretamente o Simples Nacional para empresas prestadoras de serviços. O trabalho procurará levar o leitor a um contato mais próximo com o simples nacional e obrigações, vantagens e desvantagens de optar por esse sistema de tributação. Teve como parte central a apresentação do Simples Nacional para empresas prestadoras de serviços, demonstrando atividades que podem optar pelo simples nacional e a forma efetuar corretamente os cálculos sendo de uma empresa já em atividade ou de uma empresa nova. A pesquisa emprega método de simulação de cálculos no simples nacional, lucro presumido e lucro real para ser verificado e escolhida qual seria a melhor tributação. Dentro desta simulação foram utilizados os mesmos valores de faturamento para as 3 formas de tributações, sendo analisado tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários. Demonstrando que a tributação correta para a empresa deixa ela mais competitiva no mercado pois caso a opção seja equivocada ela será pelo ano todo e pode ser fatal para a empresa, é necessário que antes de escolher a tributação a ser seguida, seja feito um estudo e cálculos analisando a tomada de decisão correta. Foi explanado também sobre o MEI – Microempreendedor Individual explicando suas obrigações e vantagens de se regularizar como MEI.

Palavra-chave: Simples Nacional, Tributação, Cálculo Correto, Pesquisa, Prestadoras de Serviços, Lucro Real, Lucro Presumido, MEI.

ABSTRAT

ALEIXO, V. Calculation of National Simple to service providers.

This paper aims to demonstrate how it should be properly calculated the National Simple to service providers. The work will seek to lead the reader to a closer contact with the national simple and obligations, advantages and disadvantages of opting for this tax system. It was the central part of the presentation of the National Simple to service companies, demonstrating activities that may opt for the national simple and the form correctly perform the calculations being a company already in business or a new business. The research employs calculations simulation method in the national simple, deemed income and taxable income to be verified and chosen what would be the best tax. In this simulation the same billing amounts for the three forms of taxation were used, analyzed federal, state, municipal and social security taxes. Demonstrating that the correct tax to the company makes it more competitive in the market because if the option is mistaken it will be throughout the year and can be fatal for the company, it is necessary that before choosing the tax to be then be made a study and calculations analyzing making the right decision. It was also explained on the MEI - Microentrepreneur Individual explaining their obligations and to regularize as MEI.

Keyword: National Simple Tax, calculation right, Search, Service Providers, Real Income, Assumed Profit, MEI .

Dedico primeiramente a Deus, que sempre me deu forças para seguir rumo a novas conquistas, aos nossos mestres que nos apoiaram e demonstraram muita paciência de nos mostrar o caminho, sem eles eu não teria chego até aqui. A batalha foi cansativa e dura, porém um verdadeiro guerreiro não renuncia, ele permanece em pé confiando em seu sucesso para chegar até o fim, superando todos seus obstáculos e barreiras em seu caminho e assim ficando aliviado por ter vencido mais uma etapa. Quero lembrar nesse momento de todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma deixaram sua marca e fizeram diferença. Aqueles que nos ampararam e confiaram no meu potencial, outros que simplesmente em momentos difíceis conseguiram arrancar um sorriso me fazendo sentir esperançoso e confiante. E por último não menos importante aos meus pais, irmão e a minha namorada que sempre estenderam as mãos e torceram por mim, sempre entendendo minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me deu forças para continuar a minha caminhada que é longa mais que valerá a pena. Aos meus pais, irmão e minha namorada e demais familiares que sempre me deram força. Aos meus amigos e colegas que sempre me motivaram a continuar. Aos meus professores que me passaram os seus conhecimentos e por último não menos importante ao meu orientador Msc Luiz Carlos de Souza que teve paciência e sempre me motivou a sempre melhorar.

Obrigado pela paciência.

“Se dinheiro for sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e competência”.

Henry Ford

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 1..... | 37 |
| FIGURA 2 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 2..... | 38 |
| FIGURA 3 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 3..... | 39 |
| FIGURA 4 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 4..... | 40 |
| FIGURA 5 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 5..... | 41 |
| FIGURA 6 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 6..... | 41 |
| FIGURA 7 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 7..... | 42 |
| FIGURA 8 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 8..... | 42 |
| FIGURA 9 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 9..... | 43 |
| FIGURA 10 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 10..... | 43 |
| FIGURA 11 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 11..... | 44 |
| FIGURA 12 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 12..... | 44 |
| FIGURA 13 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 13..... | 45 |
| FIGURA 14 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 14..... | 46 |
| FIGURA 15 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 15..... | 47 |
| FIGURA 16 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 16..... | 47 |
| FIGURA 17 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 17..... | 48 |
| FIGURA 18 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 18..... | 49 |
| FIGURA 19 – MODELO DE DAS..... | 51 |
| FIGURA 20 – MODELO DE RECIBO DE ENTREGA..... | 52 |
| FIGURA 21 – MODELO DE EXTRATO DO SIMPLES..... | 53 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - PLANILHA DE EMPRESA NOVA - EMPRESA NO ANEXO III..... | 34 |
| TABELA 2 – ANEXO III..... | 35 |
| TABELA 3 – CÁLCULO DO IMPOSTO..... | 35 |
| TABELA 4 - DESMEMBRAMENTO DA ALÍQUOTA..... | 36 |
| TABELA 5 – MODELO DE CÁLCULO – PARTE 1..... | 49 |
| TABELA 6 – MODELO DE CÁLCULO – PARTE 2..... | 49 |
| TABELA 7 – MODELO DE CÁLCULO – PARTE 3..... | 50 |
| TABELA 8 – MODELO DE CÁLCULO – PARTE 4..... | 50 |
| TABELA 9 – CÁLCULO DA VENDA DE IMOBILIZADO..... | 59 |
| TABELA 10 – COMO LOCALIZAR ALÍQUOTA DE EMPRESA NOVA..... | 59 |
| TABELA 11 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO SIMPLES NACIONAL..... | 60 |
| TABELA 12 – DESMEMBRAMENTO DOS IMPOSTOS..... | 60 |
| TABELA 13 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO LUCRO PRESUMIDO..... | 62 |
| TABELA 14 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO LUCRO REAL..... | 68 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPP: Contribuição Patronal Previdenciária
CSL: Contribuição Social sobre o Lucro
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EPP: Empresa de Pequeno Porte
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ISS: Instituto Sobre Serviços
MEI: Microempreendedor Individual
MPE: Micro e Pequenas Empresas
PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS: Programas de Integração Social
PME: Pequenas e Médias Empresas
PF: Pessoa Física
PJ: Pessoa Jurídica
DAS: Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DEFIS: Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais
CPF: Cadastro de Pessoas Físicas
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
PGMEI: Programa Gerador de DAS de Microempreendedor Individual

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 PROBLEMA..... | 14 |
| 3 OBJETIVOS..... | 15 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL..... | 15 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 15 |
| 4 JUSTIFICATIVA..... | 16 |
| 5 METODOLOGIA..... | 17 |
| 5.1 ABORDAGEM DO PROBLEMA..... | 17 |
| 5.2 OBJETIVO DA PESQUISA..... | 18 |
| 5.3 PROCEDIMENTOS..... | 18 |
| 6 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 20 |
| 6.1 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE..... | 20 |
| 6.1.1 No Caso das Microempresas..... | 20 |
| 6.1.2 No Caso das Empresas de Pequeno Porte..... | 20 |
| 6.2 SIMPLES NACIONAL – DOCUMENTO ÚNICO..... | 20 |
| 6.2.1 Simples Nacional..... | 21 |
| 6.2.2 Base de Cálculo e Apuração do Simples Nacional..... | 22 |
| 6.2.3 Vedações..... | 22 |
| 6.2.4 Cadastro..... | 23 |
| 6.4 DIFERENÇAS ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS..... | 26 |
| 6.4.1 Lucro Real..... | 26 |
| 6.4.1.1 Lucro Real Anual..... | 26 |
| 6.4.1.2 Lucro Real Trimestral..... | 27 |
| 6.4.2 Lucro Presumido..... | 27 |
| 6.4.3 Simples Nacional..... | 28 |
| 6.5 MUDANÇAS DO SIMPLES NACIONAL..... | 29 |
| 6.6 DIFERENCIAÇÕES DO FATURAMENTO BRUTO - PIB BRASILEIRO..... | 29 |
| 6.7 FORMAS E PRAZOS DE ADERIR O SIMPLES NACIONAL..... | 30 |
| 6.8 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SIMPLES NACIONAL..... | 30 |
| 6.8.1 Vantagens..... | 30 |
| 6.4.1 Desvantagens..... | 31 |
| 6.9 MODO DE TRIBUTAÇÃO..... | 32 |

| | |
|--|----|
| 6.10 ONDE CALCULAR E COMO CALCULAR O SIMPLES NACIONAL..... | 32 |
| 6.10.1 Cálculo do Simples Nacional para Prestadoras de Serviços – Anexo III..... | 32 |
| 6.10.1.1 Planilha da Média - Localizar Alíquota Correta para Empresa Nova..... | 34 |
| 6.10.2 Onde Calcular e como Calcular..... | 36 |
| 6.11 O QUE É DAS..... | 50 |
| 6.12 RECIBO DO SIMPLES NACIONAL..... | 51 |
| 6.13 EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL..... | 53 |
| 6.14 COMPARATIVOS DE IMPOSTOS..... | 55 |
| 6.14.1 Simples Nacional..... | 55 |
| 6.14.1.1 Base de Cálculo..... | 55 |
| 6.14.1.2 Obrigações mensais de Empresas do Simples - DCTF..... | 56 |
| 6.14.1.3 Argumentos para exigir informações do Simples Nacional..... | 56 |
| 6.14.1.4 Obrigações mensais de Empresas do Simples - DeSTDA..... | 57 |
| 6.14.1.5 Venda de Ativo Imobilizado de Empresas do Simples Nacional..... | 57 |
| 6.14.2 Lucro Presumido..... | 61 |
| 6.14.2.1 Base de Cálculo do Imposto..... | 61 |
| 6.14.2.2 Apurações..... | 62 |
| 6.14.3 Lucro Real..... | 66 |
| 6.14.3.1 Base de Cálculo..... | 67 |
| 6.14.3.2 Apuração..... | 67 |
| 6.15 MEI..... | 71 |
| 6.15.1 Alguns Benefícios do MEI..... | 72 |
| 6.15.2 Explicação do Benefícios..... | 73 |
| 6.15.2.1 Cobertura Previdenciária..... | 73 |
| 6.15.2.2 Menor Custo com Funcionário..... | 74 |
| 6.15.2.3 Sem Taxa de Registro..... | 74 |
| 6.15.2.4 Sem Burocracia..... | 74 |
| 6.15.2.5 Acesso a Serviços Bancários, inclusive Créditos..... | 74 |
| 6.15.2.6 Compra e Venda em Conjunto..... | 75 |
| 6.15.2.7 Menos Tributos..... | 75 |
| 6.15.2.8 Controles muito Simplificados..... | 75 |
| 6.15.2.9 Emissão de Alvará pela Internet..... | 76 |
| 6.15.2.10 Possibilidade de Vender para o Governo..... | 76 |
| 6.15.2.11 Serviços Gratuitos..... | 76 |

| | |
|---|-----------|
| 6.15.2.12 Apoio Técnico do Sebrae..... | 76 |
| 6.15.2.13 Possibilidade de Crescimento como Empreendedor..... | 77 |
| 6.15.2.14 Segurança Jurídica..... | 77 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 78 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 79 |
| ANEXO 1 – LEIS E DECRETOS RELACIONADOS AO MEI..... | 84 |
| ANEXO 2 – TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO III..... | 87 |
| ANEXO 3 – TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO IV..... | 88 |
| ANEXO 4 – TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO V..... | 88 |
| ANEXO 5 – TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO VI..... | 90 |

1 INTRODUÇÃO

O Simples Nacional é um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Impostos e Contribuições devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), criado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (LC 123/2006), e vigente a partir de 1º de julho de 2007.

Seus principais objetivos são integrar o fisco federal, estadual e municipal, para melhorar o ambiente de negócios do país, racionalizar procedimentos para o fisco e para as empresas, unificar o recolhimento de tributos em nível federal, estadual e municipal, facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, reduzir a carga tributária e diminuir a informalidade e incentivar a formação de novas empresas. O Simples Nacional é um regime facultativo para o contribuinte. Mesmo que a empresa esteja enquadrada na condição de ME e EPP ela pode decidir não fazer a opção pelo Simples Nacional. Se a empresa fizer a opção pelo Simples Nacional, ela vale para o ano todo, só podendo ser modificada no ano seguinte. A receita bruta para cálculo do Simples Nacional segundo o Art. 4º Resolução CGSN nº. 04/2007 é definida:

Art. 4º Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os documentos incondicionais concedidos.

O Simples Nacional foi criado com o objetivo de desonerar a carga de impostos e de contribuições sociais recolhidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em relação aos demais regimes de tributação. O presente artigo aponta como deve ser calculado corretamente o Simples Nacional para empresas enquadradas como prestadoras de serviço utilizando os anexos III, IV, V e o anexo VI das tabelas do Simples Nacional.

2 PROBLEMA

Este projeto de pesquisa demonstra estar voltado para dia a dia de muitos escritórios de contabilidade, será analisado os quatro dos seis anexos existentes do simples nacional. Sendo eles os anexos de prestação de serviço III, IV, V e o anexo VI.

Segundo Gil (1996) formular um problema científico não constitui tarefa fácil. Para alguns, isto implica mesmo o exercício de certa capacidade que não é muito comum nos seres humanos. Um problema não pode ser solucionado se não for apresentado de maneira clara e precisa.

Tentando buscar a maior clareza possível na apresentação do problema, buscamos elaborá-lo da forma em que o autor Antônio Carlos Gil cita acima, de maneira clara e precisa, e conforme Acevedo & Nohara (2004) diz que o problema é formulado sob a forma de pergunta, para maior entendimento.

Seguindo o conceito acima demonstrado segue o problema de uma forma clara e objetiva a apresentação deste projeto de pesquisa:

Como efetuar o cálculo correto do Simples Nacional para empresas enquadradas como Prestadoras de Serviços?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Consiste em demonstrar como efetuar o cálculo correto do simples nacional para empresas enquadradas como prestadoras de serviços nos anexos III, IV, V e anexo VI da tabela do simples nacional, utilizando as ferramentas necessárias.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do estudo demonstram, como efetuar o cálculo correto do imposto simples nacional para empresas prestadoras de serviços:

- Demonstrar como efetuar o cálculo correto do simples nacional para empresas prestadoras de serviço;
- Apresentar os dados que podem e não podem ser utilizados para o cálculo do imposto;
- Realizar cálculo do imposto, como demonstração prática.

4 JUSTIFICATIVA

Este projeto demonstra como deve ser efetuado o cálculo do simples nacional corretamente para empresas prestadoras de serviços enquadradas nos anexos III, IV V e anexo VI da tabela do simples nacional.

Justifica-se que seu valor teórico explorou bibliografia dos mais renomados autores nos assuntos de simples nacional, podendo servir como fonte de pesquisa para futuros projetos ou trabalhos acadêmicos.

Será realizado cálculos do imposto, demonstrações da forma correta e de como deve será apurado e demonstrando quais impostos entram juntamente dentro do simples nacional.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho cujo título “Cálculo do Simples Nacional para empresas prestadoras de serviços” tem como seu objeto de estudo a demonstração dos cálculos, pesquisas sobre as atividades e atualizações do simples nacional para empresas prestadoras de serviços. Para Silva e Menezes (2005) a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica e de acordo com Minayo (1994) o processo de construção da pesquisa e apreensão da realidade depende de uma metodologia a ser aplicada.

”Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento” Andrade, (1999).

A metodologia, segundo Silva e Menezes (2005) deve mostrar o caminho a ser seguido na pesquisa, ajudando na reflexão e instigando a curiosidade, a investigação e a criatividade do pesquisador e desde que corresponda a condições específicas, uma mesma pesquisa pode ser enquadrada em várias classificações.

5.1 ABORDAGEM DO PROBLEMA

A pesquisa há seguir tem como forma qualitativa já que há uma atitude exploratória sobre os conceitos que orientam a fins e comentários. A pesquisa qualitativa, chamada também de pesquisa exploratória, visa entender e interpretar comportamentos, atitudes e motivações que influenciam ou determinam a escolha. Ela é utilizada tanto para aprofundar conhecimentos que já tenham sido qualificados, quanto para montar uma base de conhecimentos para posteriormente testá-los quantitativamente.

Segundo Diehl (2004) a escolha do método se dará pela natureza do problema, bem como de acordo com o nível de aprofundamento. Ademais, estes métodos, são diferenciados, além da forma de abordagem do problema, pela sistemática pertinente a cada um deles RICHARDSON, (1989).

Segundo Silva e Menezes (2005), quanto a sua natureza, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois tem como objetivo a geração de conhecimentos para aplicação prática e voltados a solucionar problemas específicos.

Para Oliveira (2002) a pesquisa aplicada requer a utilização de teorias ou leis mais amplas como ponto de partida, objetivando rejeitar ou comprovar hipóteses sugeridas pela teoria, para que seja feita a sua aplicação prática às distintas necessidades da humanidade.

Gil (1991) coloca ainda que na maioria dos casos, a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

5.2 OBJETIVO DA PESQUISA

Essa modalidade de pesquisa é, juntamente com a pesquisa descritiva, a mais citada pelos autores. De acordo com Gil (1991), ela visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipótese, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Já Cervo e Bervian (1996), consideram a pesquisa exploratória como uma forma de pesquisa descritiva e fazem afirmações elucidativas com relação à figura da construção de hipótese no estudo exploratório, ao afirmarem:

O estudo exploratório [...] é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo.

5.3 PROCEDIMENTOS

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo, para não correr o risco de se pesquisar um tema que já foi amplamente pesquisado.

A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas,

livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão. “A sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto, LAKATOS; MARCONI, (1996).

Nesse sentido, Köche (1997) reforça o aspecto do objetivo da pesquisa bibliográfica: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”.

Portanto este trabalho utilizará dados teóricos coletados em livros, artigos, publicações, monografias já elaboradas, extraídos em bibliotecas e sites da internet.

Serão utilizados também modelos e explicações sobre os cálculos do realizados do simples nacional além de uma análise documental.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Consideram-se microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), devidamente registrados no registro de empresas mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.1.1 No Caso das Microempresas

O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta mil reais) alterado pela Lei Complementar nº 139/2011.

6.1.2 No Caso das Empresas de Pequeno Porte

O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais – idem LC 139) cada, no mercado interno e no mercado externo.

6.2 SIMPLES NACIONAL – DOCUMENTO ÚNICO

O Simples Nacional implica o reconhecimento mensal, mediante Documento Único de Arrecadação (DAS), dos seguintes tributos:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI);
- Contribuição Social Sobre o Líquido (CSLL);
- Contribuição Para a Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o (PIS/Pasep);
- Contribuição Para a Seguridade Social (Cota Patronal);

- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS);
- Imposto Sobre Serviços (ISS).

6.2.1 Simples Nacional

De acordo com a Lei complementar 123/2006, art. 1º.

Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III – ao acesso a crédito e ao mercado inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor de que trata o inciso I do caput do art. 2º desta Lei Complementar apreciar a necessidade de revisão dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

O regime do Simples Nacional foi introduzido para unificar os tributos administrados (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) e abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI e CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA PATRONAL, ICMS e ISS.

De acordo com a Lei Complementar 123 de 14/12/2006, todos os impostos são reduzidos e recolhidos através de uma única guia chamada de DAS. Atualmente, o ramo de atividade tem sido mais abrangente, porém nem todos os ramos de atividade tem o direito a essa opção. Empresa com dividas tributaria, e/ou faturamento acima de R\$ 2,4 milhões também não podem optar pelo Regime Simplificado.

De acordo com Deloski (2009), o principal objetivo deste regime é:

- Fazer a integração entre fisco federal, estadual e municipal;
- Racionalizar o setor de negócio no país;
- Facilitar o cumprimento das obrigações tributárias;
- Redução da carga tributária;
- Diminuição de informalidade e incentivo a formação de novas empresas.

Com o surgimento do Simples Nacional, aumentaram o número de empresas no país, devido ao fato de que muitos empresários com o intuito de baixar seus impostos passaram a se utilizar deste regime constituindo outras empresas em nome de terceiros, mais conhecidos como “laranjas”, dividindo assim o faturamento e ficando dentro do faturamento anual estipulado na Lei Complementar 123/2006. Deloski, (2009)

6.2.2 Base de Cálculo e Apuração do Simples Nacional

A base de cálculo dos tributos e contribuições corresponde à receita bruta auferida no mês. A forma opcional de determinação da base de cálculo para apuração dos impostos e contribuições devidos utilizando a receita recebida pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, é regulamentada pela resolução CGSN 45/2008.

6.2.3 Vedações

Fora as empresas que ultrapassem o teto de faturamento e/ou de receita de exportações (teto de R\$3,6 milhões, cada), abaixo estão alguns dos outros pontos de proibição. Fica impedida de optar pelo Simples a empresa:

- Que tenha outra pessoa jurídica como acionista;
- Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- Que tenha um dos acionistas com participação em qualquer outra empresa de fins lucrativos, considerando que a soma da receita bruta dessas empresas ultrapasse R\$3,6 milhões;
- Que tenha sócio que more no exterior;
- Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- Que exerça atividades relacionadas a energia elétrica, importação de combustíveis, automóveis e motocicletas, transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, crédito, financiamento, corretagem, câmbio,

investimento, cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes, bebidas alcoólicas e cervejas sem álcool, cessão ou locação de mão-de-obra, loteamento e incorporação de imóveis, locação de imóveis próprios;

- Que possua débito, ainda exigido, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
- Sem inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível.

6.2.4 Cadastros

Serão consideradas inscritas no Simples Nacional as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo simples nacional (Lei 9.317/1996), salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta pelo regime do simples nacional (Lei 9.317, 1996).

ATIVIDADES DO SIMPLES NACIONAL – PRESTADORAS SERVIÇOS

Prestação de Serviços enquadrada no Anexo III do simples nacional:

- Creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;
- Agência terceirizada de correios;
- Agência de viagem e turismo;
- Centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- Agência lotérica;
- Serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;
- Transporte municipal de passageiros;
- Escritórios de serviços contábeis;

- Produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais;
- Fisioterapia, Corretagem de Seguros, e serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros. Serviços incluídos pela Lei Complementar 147/2014.

Prestação de Serviços enquadrada no Anexo IV do simples nacional:

- Construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de sub empreitada;
- Execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- Serviço de vigilância;
- Limpeza ou conservação;
- Serviços Advocatícios – Introduzido pela Lei Complementar 147/2014.

Prestação de Serviços enquadrada no anexo V do simples nacional:

- Cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
- Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- Empresas montadoras de estandes para feiras;
- Produção cultural e artística; (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2010 pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2009);
- Produção cinematográfica e de artes cênicas; (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2010 pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2009);

- Laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- Serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- Serviços de prótese em geral.

Prestação de Serviços enquadradas no anexo VI do simples nacional.

- Medicina, inclusive laboratorial e enfermagem;
- Medicina veterinária;
- Odontologia;
- Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, pedologia, fonoaudióloga e clínicas de nutrição, de vacinação e bancos de leite;
- Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação;
- Arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodesia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;
- Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
- Perícia, leilão e avaliação;
- Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;
- Jornalismo e publicidade;
- Agenciamento, exceto de mão-de-obra;
- Transporte fluvial de passageiros e cargas;

Outras atividades do setor de serviços, que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividades intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não.

6.4 DIFERENÇAS ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS

Importante decisão tributária deve ser efetivada, anualmente, pelos administradores empresariais, relativamente às opções: Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional.

Como a legislação não permite mudança de sistemática no mesmo exercício, a opção por uma das modalidades será definitiva. Se a decisão for equivocada, ela terá efeito no ano todo.

A opção é definida no primeiro pagamento do imposto (que normalmente é recolhido em fevereiro de cada ano), ou, no caso das optantes pelo Simples Nacional, por opção até o último dia útil de janeiro.

6.4.1 Lucro Real

O lucro real pode ter apuração trimestral ou apuração anual o qual for melhor para a instituição.

6.4.1.1 Lucro Real Anual

No Lucro Real Anual a empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual se aplicam percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada (estimativa), sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL, de forma semelhante ao Lucro Presumido.

Nesta opção, há, ainda, a possibilidade de levantar balanços ou balancetes mensais, reduzindo ou suspendendo-se o recolhimento do IRPJ e da CSLL, caso demonstre-se que o lucro real efetivo é menor do que aquele estimado ou que a pessoa jurídica está operando com prejuízo fiscal.

No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Em alguns casos, eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

6.4.1.2 Lucro Real Trimestral

No Lucro Real trimestral, o IRPJ e a CSLL são calculados com base no resultado apurado no final de cada trimestre civil, de forma isolada. Portanto, nesta modalidade, teremos durante o ano 4 (quatro) apurações definitivas, não havendo antecipações mensais como ocorre na opção de ajuste anual.

Esta modalidade deve ser vista com cautela, principalmente em atividades sazonais ou que alternem lucros e prejuízos no decorrer do ano. Nesta modalidade, os lucros e prejuízos são apurados trimestralmente, de forma isolada.

Assim se a pessoa jurídica tiver um prejuízo fiscal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no primeiro trimestre e um lucro de também R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no segundo trimestre terá que tributar IRPJ e CSLL sobre a base de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), pois não se pode compensar integralmente o prejuízo do trimestre anterior, ainda que dentro do mesmo ano-calendário. O prejuízo fiscal de um trimestre só poderá deduzir até o limite de 30% do lucro real dos trimestres seguintes. Essa pode ser uma boa opção para empresas com lucros lineares. Mas para as empresas com picos de faturamento, durante o exercício, a opção pelo Lucro Real anual pode ser mais vantajosa porque poderá suspender ou reduzir o pagamento do IRPJ e da CSLL, quando os balancetes apontarem lucro real menor que o estimado ou até mesmo prejuízos fiscais. Outra vantagem é que o prejuízo apurado no próprio ano pode ser compensado integralmente com lucros do exercício.

6.4.2 Lucro Presumido

O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (1,6% a 32% do faturamento, dependendo da atividade). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.

Há alguns tipos de receita que são acrescidas integralmente ao resultado tributável, como os ganhos de capital e as receitas de aplicações financeiras.

Destaque-se, no entanto, que nem todas as empresas podem optar pelo lucro presumido, pois há restrições relativas ao objeto social e o faturamento.

O limite da receita bruta para poder optar pelo lucro presumido, a partir de 2014, é de até R\$ 78 milhões da receita bruta total, no ano-calendário anterior.

Esta modalidade de tributação pode ser vantajosa para empresas com margens de lucratividade superior a presumida, podendo, inclusive, servir como instrumento de planejamento tributário. Empresas que possuam boa margem de lucro podem, respeitados eventuais impedimentos, utilizar-se do Lucro Presumido, por exemplo: determinada empresa comercial possui uma margem de lucro efetivo de 15%, no entanto a administração observou que optando pelo Lucro Presumido a referida margem, para fins tributários, estaria fixada em 8%, demonstrando que este regime seria o mais interessante para este caso concreto.

Outra análise a ser feita é que as empresas tributadas pelo Lucro Presumido não podem aproveitar os créditos do PIS e da COFINS, por estarem fora do sistema não cumulativo, no entanto recolhem com alíquotas mais baixas.

Portanto, a análise do regime deve ser realizada considerando a repercussão no IRPJ, na CSLL, no PIS e na COFINS.

6.4.3 Simples Nacional

A aparente simplicidade do regime do Simples Nacional e a possibilidade de economia no pagamento dos vários tributos são os grandes atrativos para as pequenas empresas.

Entretanto, há restrições legais para opção além do limite de receita bruta anual, que passa a ser de R\$ 3.600.000,00 a partir de 2012. Apesar da abrangência do Simples incluir, a partir de 2015, atividades de serviços profissionais (como clínicas médicas, corretores e outras profissões liberais) - as alíquotas de incidência previstas para serviços são muito elevadas. As empresas de serviços que não tenham ou tenham poucos empregados poderão vir a ser onerado se optarem por este regime.

Há questões que exigem análise detalhada, como a ausência de créditos do IPI e sublímites estaduais para recolhimento do ICMS. Outro detalhe do Simples Nacional é que as alíquotas são progressivas, podendo ser, nas faixas superiores de

receita, especialmente para empresas de serviços, mais onerosas para do que os regimes de Lucro Real ou Presumido.

Observe-se, também, que determinadas atividades exigem o pagamento, além do percentual sobre a receita, do INSS sobre a folha.

Diante destes fatos, o melhor é comparar as opções do Lucro Real e Presumido, antes de optar pelo Simples Nacional.

6.5 MUDANÇAS DO SIMPLES EM 2015

A partir de 2015, a opção pelo Simples Nacional passou a ser permitida para mais 140 novas atividades, como médicos, advogados, engenheiros e representantes comercial. A idéia é que mais profissionais saiam da informalidade e que a abertura de novo micro e pequenas empresas seja facilitada pela eliminação da burocracia com a adoção de um cadastro único por CNPJ.

Além disso, o critério para poder optar passa a ser o faturamento das empresas, como limite máximo de R\$ 3,6 milhões por ano. As alíquotas de recolhimento também têm como base o faturamento e, atualmente, estão estipuladas em seis tabelas da Lei Complementar 147/2014.

A aparente simplicidade do regime do Simples Nacional e as alíquotas relativamente baixas são os grandes atrativos deste regime. Porém, é fundamental ressaltar que há questões que exigem análise detalhada com auxílio de um profissional de contabilidade, como a ausência de créditos do IPI e sublineais estaduais para recolhimento do ICMS. Outro detalhe do Simples Nacional é que as alíquotas são progressivas, podendo ser, nas faixas superiores de receita, especialmente para empresas de serviços, mais onerosas do que os regimes de Lucro Real ou Presumido.

6.6 DIFERENCIAÇÕES DO FATURAMENTO BRUTO - PIB BRASILEIRO

Para o pagamento dos oito impostos federais sim, porém para o recolhimento de ICMS (estadual) e ISS (municipal) os tetos de faturamento bruto anual variam de acordo com a participação de cada Estado no PIB brasileiro.

- Amapá e Roraima – R\$ 1,26 milhão por ano;
- Acre, Alagoas, Pará, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins – R\$ 1,8 milhão por ano;
- Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – R\$ 2,52 milhões por ano;
- Todos os demais Estados e o Distrito Federal – R\$ 3,6 milhões por ano.

6.7 FORMAS E PRAZO DE ADERIR O SIMPLES NACIONAL

A solicitação para aderir ao Simples Nacional deve ser feita somente pela internet, pelo Portal do Simples Nacional, e será irrevogável até o fim do ano-calendário. É necessário informar os números de Inscrição Municipal e Inscrição Estadual (para contribuintes de ICMS) e, como a análise é feita em conjunto por União, estados e municípios, o deferimento depende da total ausência de pendências cadastrais e fiscais em nome da empresa.

As empresas que já estão em atividade têm até o dia 30 de janeiro para comunicar a opção e, caso haja deferimento, os efeitos da opção retroagem para 1º de janeiro. Já os empreendimentos recém-criados devem solicitar a adesão ao Simples até 30 dias após a obtenção do CNPJ. Neste caso, os efeitos terão início a partir do início do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Em caso de indeferimento do pedido, o contribuinte pode contestar a negativa por meio de documento enviado à administração tributária que apontou as irregularidades.

6.8 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SIMPLES NACIONAL

Antes de tudo, é importante saber que o Simples é facultativo para as empresas, ou seja, faz parte dele quem quer. Por isso, vale conhecer as vantagens e desvantagens do Simples Nacional.

6.8.1 Vantagens

- Arrecadação única de 8 tributos por meio de uma só alíquota;

- Em vez de um cadastro para cada instância (federal, estadual, municipal), o CNPJ passa a ser o identificador único da inscrição da empresa;
- Redução de custos trabalhistas e passa a ser dispensável a contribuição de 20% do INSS Patronal na Folha de Pagamento;
- Facilitação do processo de contabilidade.

6.8.2 Desvantagens

- O Simples Nacional é calculado com base no faturamento anual, em vez do lucro. Ou seja, uma empresa pode estar tendo prejuízo e ter que pagar impostos da mesma forma;
- Empresas optantes pelo Simples Nacional não marcam na nota fiscal o quanto foi pago de ICMS e IPI, o que impossibilita a seus clientes aproveitar créditos de impostos, ou seja, recolher parte desse valor de volta. Isso acontece especialmente na indústria, então se você realizar venda de insumos ou revenda de produtos para o setor industrial, é preciso dar atenção especial a esse tópico, pois esse fator poderia afastar clientes grandes;
- Empresas de Pequeno Porte (EPP) têm um limite extra, que é o de exportações: a empresa pode declarar receita bruta anual de até R\$ 7,2 milhões, sendo no máximo R\$ 3,6 milhões no mercado interno e R\$ 3,6 milhões em exportação de mercadorias e serviços. Isso pode acabar desencorajando o empreendedor de crescer, ou estivendo a entrar na ilegalidade;
- Existem atividades que se encaixam no Simples, mas não valem a pena pelo valor da alíquota a partir de determinadas faixas. Exige que cada caso seja analisado individualmente, mas em geral, a regra é: quanto maior o gasto com folha de pagamento, maior a chance da opção pelo Simples ser vantajosa. Por exemplo, um arquiteto que precisa constituir pessoa jurídica, mas atua de forma individual, como profissional autônomo, sem empregar funcionários. Ele está enquadrado em um grupo (tabela 6 – falaremos das tabelas mais para a frente) que, com receita anual de 180 mil reais, já paga no Simples uma alíquota total de 16,93% (podendo chegar a 22,45%). Esse percentual é maior que o recolhido atualmente pelo regime do Lucro

Presumido, cuja soma das alíquotas corresponde a 16,33% do faturamento do escritório.

6.9 MODO DE TRIBUTAÇÃO

O Simples Nacional funciona do seguinte modo, quanto mais você fatura, mais aumenta sua alíquota de imposto. A alíquota é um percentual ou um valor fixo usado para o cálculo do valor de um tributo. Elas são definidas pelo governo, segundo o faturamento do último ano da empresa.

Cada atividade permitida pelo programa está dentro de uma classificação por setor, no caso para atividade de prestação de serviços são 4 anexos, cada um deles com 20 faixas de faturamento. Se sua empresa é de prestação de serviço ela esta nos anexos 3, 4, 5 e 6.

Pelo seu CNPJ, já é possível saber que tabela é a sua, o que é importante entender já de cara para fazer seu planejamento, pois as alíquotas variam bastante de uma tabela para outra. Para as tabelas 5 e 6, por exemplo, o imposto cai conforme aumenta o número de funcionários.

6.10 ONDE CALCULAR E COMO CALCULAR O SIMPLES NACIONAL

Primeiramente devemos averiguar o valor do nosso faturamento mensal, para após esse detalhe começamos a calcular e gerar o imposto do simples nacional.

Para a empresa que seja aberta em por exemplo 05/2016, essa empresa terá que utilizar uma base dos calculada para verificar em qual alíquota iniciara os seus impostos, conforme exemplos abaixo:

6.10.1 Calculo do Simples Nacional para Prestadoras de Serviços – Anexo III

O modelo utilizado abaixo será de uma empresa aberta em 02/2016, o cálculo que a empresa utilizará será uma média aritmética das receitas até ela possuir condições de utilizar a regra geral, ou seja, até possuir receita bruta acumulado dos últimos 12 meses.

Se a empresa é nova, ou seja, menos de 13 meses utilizará para identificar a base de cálculo a receita bruta proporcionalizada, conforme dispõe o art. 5º da Res. CGSN n. 051/2008:

"Art. 5º O valor devido mensalmente pelas ME e pelas EPP optantes pelo Simples Nacional será determinado mediante a aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos anexos, aplicadas sobre as receitas determinadas na forma dos arts. 2º e 3º, observado o disposto nos arts. 9º a 14.

- § 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta total acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração;
- § 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário da opção pelo Simples Nacional, para efeito de determinação da alíquota no primeiro mês de atividade, o sujeito passivo utilizará, como receita bruta total acumulada, a receita do próprio mês de apuração multiplicada por 12 (doze);
- § 3º Na hipótese do § 2º, nos 11 (onze) meses posteriores ao do início de atividade, para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a média aritmética da receita bruta total dos meses anteriores ao do período de apuração, multiplicada por 12 (doze);
- § 4º Na hipótese de início de atividade em ano-calendário imediatamente anterior ao da opção pelo Simples Nacional, o sujeito passivo utilizará a regra prevista no § 3º até alcançar 13 (treze) meses de atividade, quando, então, adotará a regra prevista no § 1º;
- § 5º Na hipótese de a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração ser superior ao limite máximo previsto no inciso II do art. 2º da Resolução CGSN nº 4, de 2007 observada o disposto nos §§ 2º a 4º deste artigo, e a receita bruta acumulada no ano-calendário ser igual ou inferior a esse limite, deverão ser adotadas as alíquotas correspondentes às últimas faixas de receita bruta dos anexos desta Resolução."

6.10.1.1 Planilha da Média - Localizar Alíquota Correta para Empresa Nova

Planilha para verificar a alíquota correta utilizada para o imposto de empresas prestadoras de serviços aberta em 02/2016 com primeiro faturamento em 07/2016 (TABELA 1).

TABELA 1 - PLANILHA DE EMPRESA NOVA - EMPRESA NO ANEXO III

| Nº | MÊS | FAT. MÊS | Nº | | | | | | | | | ALÍQUOTA | % ALÍQ. | |
|-----|--------|-----------|-----|---|---|----|---|---|---|----|---|----------|----------|-------|
| 1º | fev/16 | - | 1º | - | | | | | | | | ALÍQUOTA | | |
| 2º | mar/16 | - | 2º | - | / | 1 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 3º | abr/16 | - | 3º | - | / | 2 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 4º | mai/16 | - | 4º | - | / | 3 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 5º | jun/16 | - | 5º | - | / | 4 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 6º | jul/16 | 35.000,00 | 6º | - | / | 5 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | 6,00% |
| 7º | ago/16 | - | 7º | - | / | 6 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 8º | set/16 | - | 8º | - | / | 7 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 9º | out/16 | - | 9º | - | / | 8 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 10º | nov/16 | - | 10º | - | / | 9 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 11º | dez/16 | - | 11º | - | / | 10 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 12º | jan/17 | - | 12º | - | / | 11 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |
| 13º | fev/17 | - | 13º | - | / | 12 | = | - | X | 12 | = | - | ALÍQUOTA | |

FONTE: O autor (2016)

A tabela a cima demonstra como deve ser localizada a alíquota correta para o cálculo do simples nacional para empresa nova no simples nacional.

Na tabela acima verificamos que a empresa iniciou suas atividades em 02/2016 e começou a faturar somente em 07/2016. Desta forma foi montada uma planilha conforme o que rege o art. 5º da Res. CGSN n. 051/2008.

É pego os faturamentos anteriores do mês de apuração, tendo inicio no mês de sua abertura. São somados estes valores e dividido pela quantidade de meses utilizados para a soma, logo após feito isto, é pego o resultado e multiplicado por 12 e a base localiza será conforme tabela do anexo III, conforme abaixo (TABELA 2).

TABELA 2 – ANEXO III

| ANEXO III (Vigência a Partir de 01.01.2012) | | | | | | | |
|--|---------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|
| Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços | | | | | | | |
| Receita Bruta em 12 meses | Alíquot | IRPJ | CSLL | Cofins | PIS/Pa | CPP | ISS |
| Até 180.000,00 | 6,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,00% | 2,00% |
| De 180.000,01 a 360.000,00 | 8,21% | 0,00% | 0,00% | 1,42% | 0,00% | 4,00% | 2,79% |
| De 360.000,01 a 540.000,00 | 10,26% | 0,48% | 0,43% | 1,43% | 0,35% | 4,07% | 3,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00 | 11,31% | 0,53% | 0,53% | 1,56% | 0,38% | 4,47% | 3,84% |
| De 720.000,01 a 900.000,00 | 11,40% | 0,53% | 0,52% | 1,58% | 0,38% | 4,52% | 3,87% |
| De 900.000,01 a 1.080.000,00 | 12,42% | 0,57% | 0,57% | 1,73% | 0,40% | 4,92% | 4,23% |
| De 1.080.000,01 a 1.260.000,00 | 12,54% | 0,59% | 0,56% | 1,74% | 0,42% | 4,97% | 4,26% |
| De 1.260.000,01 a 1.440.000,00 | 12,68% | 0,59% | 0,57% | 1,76% | 0,42% | 5,03% | 4,31% |
| De 1.440.000,01 a 1.620.000,00 | 13,55% | 0,63% | 0,61% | 1,88% | 0,45% | 5,37% | 4,61% |
| De 1.620.000,01 a 1.800.000,00 | 13,68% | 0,63% | 0,64% | 1,89% | 0,45% | 5,42% | 4,65% |
| De 1.800.000,01 a 1.980.000,00 | 14,93% | 0,69% | 0,69% | 2,07% | 0,50% | 5,98% | 5,00% |
| De 1.980.000,01 a 2.160.000,00 | 15,06% | 0,69% | 0,69% | 2,09% | 0,50% | 6,09% | 5,00% |
| De 2.160.000,01 a 2.340.000,00 | 15,20% | 0,71% | 0,70% | 2,10% | 0,50% | 6,19% | 5,00% |
| De 2.340.000,01 a 2.520.000,00 | 15,35% | 0,71% | 0,70% | 2,13% | 0,51% | 6,30% | 5,00% |
| De 2.520.000,01 a 2.700.000,00 | 15,48% | 0,72% | 0,70% | 2,15% | 0,51% | 6,40% | 5,00% |
| De 2.700.000,01 a 2.880.000,00 | 16,85% | 0,78% | 0,76% | 2,34% | 0,56% | 7,41% | 5,00% |
| De 2.880.000,01 a 3.060.000,00 | 16,98% | 0,78% | 0,78% | 2,36% | 0,56% | 7,50% | 5,00% |
| De 3.060.000,01 a 3.240.000,00 | 17,13% | 0,80% | 0,79% | 2,37% | 0,57% | 7,60% | 5,00% |
| De 3.240.000,01 a 3.420.000,00 | 17,27% | 0,80% | 0,79% | 2,40% | 0,57% | 7,71% | 5,00% |
| De 3.420.000,01 a 3.600.000,00 | 17,42% | 0,81% | 0,79% | 2,42% | 0,57% | 7,83% | 5,00% |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

A tabela abaixo vai demonstrar como calcular o imposto do simples nacional, para empresas prestadoras de serviços enquadradas no anexo III. Como verificamos a cima a alíquota correta para a apuração do imposto neste momento é 6%, verificaremos como será feito o cálculo (TABELA 3).

TABELA 3 - CÁLCULO DO IMPOSTO

| | |
|---------------------------|-----------------------------------|
| Faturamento no Mês: | 35.000,00 |
| Alíquota Utilizada: | 6% |
| Imposto a Pagar: | 2.100,00 |
| Demonstrativo do Cálculo: | $35.000,00 \times 6\% = 2.100,00$ |

Fonte: O autor (2016)

Como observado no cálculo apresentado acima, neste caso o cálculo nada mais é do que o valor do faturamento x a alíquota do imposto, demonstrada na tabela do anexo III.

Abaixo será demonstrado o desmembramento do imposto, mostrando qual a porcentagem para qual imposto assim chegando a alíquota de 6% (TABELA 4).

TABELA 4 – DESMEMBRAMENTO DA ALÍQUOTA

| | |
|------------------------------|-----------|
| Valor do Imposto: | 2.100,00 |
| Alíquota do Simples: | 6% |
| Desmembramento dos 6% | |
| IRPJ | 0% |
| CSLL | 0% |
| COFINS | 0% |
| PIS | 0% |
| CPP | 4% |
| ISS | 2% |
| Total da Alíquota: | 6% |

Fonte: O Autor (2016)

6.10.2 Onde Calcular e como Calcular

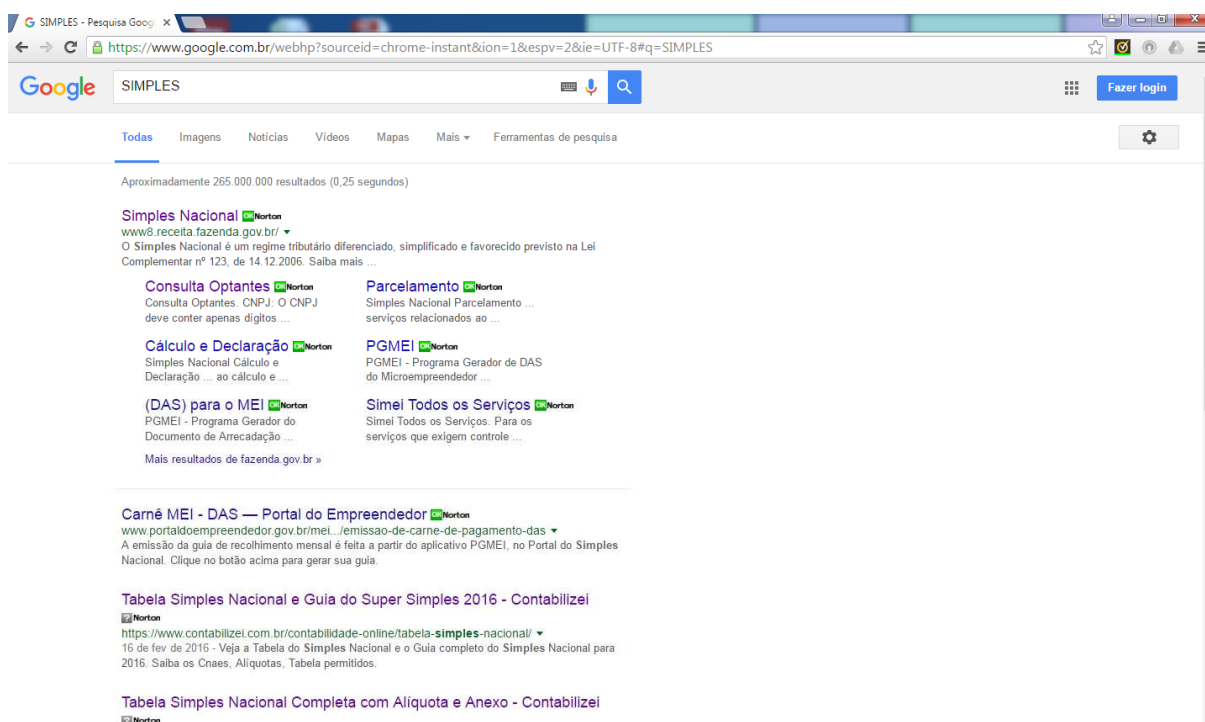
O cálculo deve efetuado no site do Simples Nacional <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/> e deve seguir os passos abaixo para o correto cálculo.

O site do simples nacional não serve apenas para o cálculo dos impostos, ele disponibiliza tudo o que é necessário para que possa ser calculado o imposto, entrega da declaração anual – DEFIS, dúvidas, legislações, manuais, parcelamentos, o que pode ou não na empresa enquadrada como simples nacional.

Abaixo será demonstrado em figuras, o passo a passo a ser seguido para efetuar o cálculo necessário para uma empresa enquadrada no simples nacional, uma empresa prestadora de serviço conforme o tema escolhido desta monografia “CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO”. Esta empresa está enquadrada ao anexo III, pois é uma empresa prestadora de serviço de processamento de dados e congêneres.

Em primeiro é necessário acessar a página de pesquisa na internet e digitar Simples Nacional e clicar no ícone de do Simples Nacional conforme demonstrado (FIGURA 1).

FIGURA 1 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 1



Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Em segundo lugar é necessário entrar na página do Simples Nacional conforme demonstrado na figura 2, onde podemos localizar várias abas, como por exemplo, legislação, manuais, convênios, estatísticas, perguntas e respostas, notícias, agenda, PGDAS-D e DEFIS onde utilizaremos para calcular o imposto e entregar a declaração anual do Simples Nacional a DEFIS, podemos consultar também empresas que são optantes ou não pelo Simples Nacional na aba “Consulta Optantes”, podemos também verificar as declarações do Simples Nacional entregues em “Consulta Declarações Transmitidas” entre outras informações necessárias na página do Simples Nacional (FIGURA 2).

FIGURA 2 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 2



Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Para realizar o cálculo é necessário clicar na aba “PGDAS-D – DEFIS” conforme demonstrado na figura 3, será necessário colocar nos campos solicitados o CNPJ da empresa, o CPF do sócio responsável pela empresa na receita federal o CÓDIGO DE ACESSO e os caracteres solicitados e os mesmos informados na própria página.

O CNPJ da empresa ele liberado a empresa a partir do momento que a abertura da empresa foi efetuada com sucesso e sem nenhuma divergência. Somente após a liberação do número do CNPJ a empresa poderá solicitar a opção pelo Simples Nacional, no cartão de CNPJ como demonstrado acima tem as seguintes informações, (nome completo da empresa, nome fantasia da empresa, o número do CNPJ, o endereço completo da empresa, a data de abertura da empresa e nome e CPF dos sócios da empresa).

O código de acesso terá que ser solicitado na hora que a empresa for efetuar

a solicitação da opção pelo Simples Nacional conforme verificamos anteriormente (FIGURA 3).

FIGURA 3 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 3

The screenshot displays the 'Simples Nacional' website interface. At the top, there is a header with the 'SIMPLES NACIONAL' logo on the left, a search bar labeled 'Busca' on the right, and a 'Fale com o Simples' chat button. Below the header, there are two main navigation tabs: 'Simples Serviços' and 'Simei Serviços'. The 'Simples Serviços' tab is active, showing a sub-header 'Simples Nacional'. Below this, a message states: 'Para utilizar os serviços disponíveis via Código de Acesso, informe os dados abaixo:'. The form contains three input fields: 'Número do CNPJ:', 'Número do CPF do Responsável:', and 'Código de Acesso:'. To the right of these fields is a CAPTCHA image with the text 'Digite os caracteres da imagem abaixo.' and a speaker icon. Below the CAPTCHA, it says 'Se os caracteres da imagem estiverem ilegíveis, gerar outra imagem.' At the bottom of the form are two buttons: 'Retornar' and 'Continuar'. A small note at the bottom of the form reads: 'Caso você não tenha Código de Acesso ou precise alterá-lo, Clique Aqui.' The left sidebar contains links for 'Legislação', 'Manuais', 'Convênios', 'Estatísticas', 'Perguntas e Respostas', 'Notícias', and 'Agenda'. The footer includes a link for 'Política de Privacidade e Condições de Uso' and the 'Receita Federal' logo.

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 4 é demonstrado como fica a página da simples nacional preenchida com os dados solicitados, antes do início do cálculo verificar qual a atividade correta da empresa qual anexo a empresa está enquadrada e após esse preenchimento deve clicado no ícone continuar para dar andamento no processo de cálculo do imposto.

Lembrando que se houver alguma muda no quadro societário da empresa deve verificar qual o CPF do sócio que esta responsável pela empresa na receita federal, porque só conseguira entrar no site do simples nacional com o sócio responsável da empresa, caso contrário, será barrado na entrada do site.

Lembrando que é necessário o número do CPF, o número do CNPJ da empresa e o número do CÓDIGO DE ACESSO da empresa que será realizado o cálculo, pois são documentos indispensáveis para esta apuração (FIGURA 4).

FIGURA 4 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 4

SIMPLES NACIONAL

Fale com o Simples

Busca

Inicio Voltar A+ A-

Simples Serviços

Simei Serviços

Simples Nacional

Para utilizar os serviços disponíveis via Código de Acesso, informe os dados abaixo:

Número do CNPJ:
15879254000169

Número do CPF do Responsável:
09864975365

Código de Acesso:

Digite os caracteres da imagem abaixo.
VYZ41Q

Se os caracteres da imagem estiverem ilegíveis, gerar outra imagem.

Retornar Continuar

Caso você não tenha Código de Acesso ou precise alterá-lo, [Clique Aqui](#).

Política de Privacidade e Condições de Uso

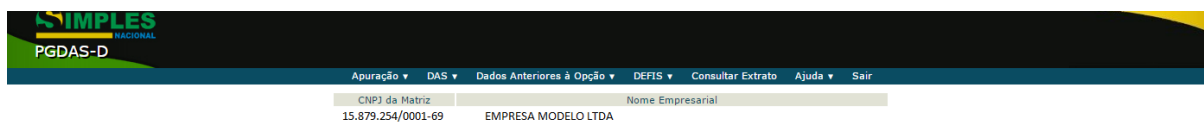
Receita Federal

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Após preencher os campos necessários da figura 4 para entrar no site do simples nacional. Passara para outra tela que nos mostra o que podemos fazer dentro desta tela demonstrada na figura 5.

Pode ser verificado que dentro da tela da figura 5 tem as seguintes opções (apuração, das, dados anteriores a opção, defis, consulta de extratos, ajuda e sair). Para o cálculo do imposto será necessário clicar no ícone apuração, dentro deste campo será escolhido a opção “Calcular Valor Devido” como demonstrado na figura 6 dentro desta opção será efetuado o início do cálculo (FIGURA 5).

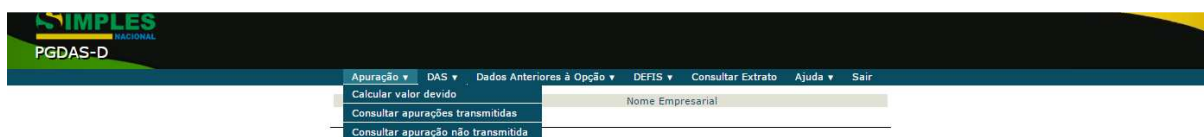
FIGURA 5 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 5



The screenshot shows the top navigation bar of the SIMPLES NACIONAL website. The logo 'SIMPLES NACIONAL' is on the left, followed by 'PGDAS-D'. The navigation menu includes: Apuração, DAS, Dados Anteriores à Opção, DEFS, Consultar Extrato, Ajuda, and Sair. Below the menu is a form with two input fields: 'CNPJ da Matriz' with the value '15.879.254/0001-69' and 'Nome Empresarial' with the value 'EMPRESA MODELO LTDA'.

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 6 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 6



The screenshot shows the same navigation bar as Figure 5. The 'Apuração' menu item is expanded, showing three options: 'Calcular valor devido', 'Consultar apurações transmitidas', and 'Consultar apuração não transmitida'. The 'Nome Empresarial' field is still visible with the value 'EMPRESA MODELO LTDA'.

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Depois de ter efetuado as opções acima das figuras 5 e 6 para o início do processo de cálculo do imposto. Em seguida na figura 7 é necessário a competência do imposto que será efetuado exemplo (05/2016). Para que possa seguir no processo de cálculo do imposto (FIGURA 5 e 6).

FIGURA 7 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 7

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Após a competência do imposto escolhido, é necessário inserir faturamento do mês (valor recebido dos serviços prestados), no campo receita no mercado interno. Se houver receita recebido de serviços prestados ao exterior deve ser colocado no campo de receita no mercado interno (FIGURA 8).

FIGURA 8 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 8

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 9 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 9

| CNPJ da Matriz | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | RBA | RBA | RBT12 | Receita do PA |
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

Caso seu Estado ou Município tenha estabelecido valores fixos para recolhimento do ICMS ou ISS informe abaixo (R\$)

ICMS (estado): ISS (município):

[Voltar](#) [Continuar](#)

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Caso o estado ou o município tenha estabelecido um valor fixo para o ICMS ou ISS deve ser mencionado nos campos conforme figura 9. Logo após preencher os campos da figura 9 deve ser marcada a atividade da empresa e qual anexo a empresa está enquadrada para prosseguir no cálculo do imposto (FIGURA 9).

FIGURA 10 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 10

Informe as atividades econômicas com receita no período:

☒ Prestação de serviços, exceto para o exterior

☐ Escritórios de serviços contábeis autorizados pela legislação municipal a pagar o ISS em valor fixo em guia do Município

☒ Sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

☐ Sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento

☐ Sujeitos ao Anexo III com retenção/substituição tributária de ISS

☐ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

☐ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento

☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS

☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento

☐ Sujeitos ao Anexo V com retenção/substituição tributária de ISS

☐ Sujeitos ao Anexo VI sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

☐ Sujeitos ao Anexo VI sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento

☐ Sujeitos ao Anexo VII sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

☐ Sujeitos ao Anexo VII sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento

[Voltar](#) [Continuar](#)

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 11 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 11

| CNPJ da Matriz | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | | RBA | RBT12 | Receita do PA |
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

Informe as atividades econômicas com receita no período:

- ☒ Prestação de serviços, exceto para o exterior
- ☐ Escritórios de serviços contábeis autorizados pela legislação municipal a pagar o ISS em valor fixo em guia do Município
- ☐ Sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☒ Sujeitos ao Anexo III com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☐ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo IV com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☐ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo V com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☐ Sujeitos ao Anexo VI sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo VI com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

[Voltar](#) [Continuar](#)

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 12 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 12

| CNPJ da Matriz | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | | RBA | RBT12 | Receita do PA |
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

Informe as atividades econômicas com receita no período:

- ☒ Prestação de serviços, exceto para o exterior
- ☐ Escritórios de serviços contábeis autorizados pela legislação municipal a pagar o ISS em valor fixo em guia do Município
- ☐ Sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☐ Sujeitos ao Anexo III com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☒ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo IV com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☐ Sujeitos ao Anexo IV sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo V com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)
- ☐ Sujeitos ao Anexo V sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento
- ☐ Sujeitos ao Anexo VI sem retenção/substituição tributária de ISS
- ☐ Sujeitos ao Anexo VI com retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s)

[Voltar](#) [Continuar](#)

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 10, 11 e 12 deve ser verificado a opção correta do anexo a ser marcado pois cada anexo tem sua particularidade, nas figuras 10, 11 e 12 está sendo demonstrado somente o anexo III mas constam outros anexos e são solicitadas informação necessárias para serem calculados corretamente (FIGURA 10, 11 e 12).

Primeiramente é solicitado o anexo que a empresa se enquadra e depois as suas particularidades, solicitando informações como:

- Sem retenção de ISS com ISS devido a outro município do estabelecimento conforme figura 10;
- Sem retenção de ISS com ISS devido no próprio município do estabelecimento conforme figura 11;
- Com retenção de ISS conforme figura 12.

Cada anexo conte suas particularidades se tem retenções ou não, por e motivo deve ser verificado cuidadosamente qual opção escolher, pois um erro pode ser pago imposto a maior ou mesmo a menor.

FIGURA 13 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 13

SIMPLES NACIONAL
PGDAS-D

Apuração ▼ DAS ▼ Dados Anteriores à Opção ▼ DEFIS ▼ Consultar Extrato Ajuda ▼ Sair

CNPJ da Matriz: Nome Empresarial: Início de Atividade: 16/12/1997 Período de Apuração: 05/2016 Regime:

| | RBAA | RBA | RB713 | Receita do PA |
|-----------------|------------|-----------|------------|---------------|
| Mercado Interno | 264.405,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.405,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

0001

Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio município do estabelecimento. Para inserir uma nova receita, [clique aqui](#)

Receita (R\$)

| COFINS | CSLL | INSS/CFP | IRPJ | ISS | PIS |
|--------|------|----------|------|-----|-----|
| 150,00 | | | | | |

Salvar Voltar Calcular

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 13 é necessário preencher o campo da receita com o valor do “Faturamento” do mês para que seja efetuado o cálculo corretamente. Pois na opção anterior foi marcado que seria enquadrado no anexo III sem retenção de ISS com ISS devido no próprio município do estabelecimento conforme figura 11. Verificando que seja o mesmo valor que foi colocado no campo receita no mercado interno na figura 8, pois caso seja outro valor, não finalizara o cálculo, pois vai dar

incompatibilidade de valor ou podemos dizer que seja valores diferentes (FIGURA 13).

FIGURA 14 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 14

| | RBA | RBA | RBT12 | Receita do PA |
|-----------------|------------|-----------|------------|---------------|
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

0001

Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao Anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s). Informar somente as receitas de serviços previstos nos incisos I a XXII e § 3º da Lei Complementar 116/2001, que não tenham sofrido retenção na fonte.

Para inserir um novo município, [clique aqui](#)

| UF | Município | Receita (R\$) | Exigibilidade suspensa, Imunidade, Isenção/Redução, Lançamento de ofício |
|----|-----------|---------------|--|
| | | | COPIS CSLL INSS/COF IRPJ IPI PIS |

Salvar Voltar Calcular

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 14 é necessário preencher o campo da receita com o valor do “Faturamento” do mês para que seja efetuado o cálculo corretamente, além dessa informação deve ser preenchida as informações do estado e município para qual foi recolhido o ISS. Pois na opção anterior foi marcado que seria enquadrado no anexo III sem retenção de ISS com ISS devido a outro município do estabelecimento conforme figura 10. Verificando que seja o mesmo valor que foi colocado no campo receita no mercado interno na figura 8, pois caso seja outro valor, não finalizara o cálculo, pois vai dar incompatibilidade de valor ou podemos dizer que seja valores diferentes (FIGURA 14).

Já na figura 15 como mencionado na nas figuras anteriores deve seguir o mesmo padrão colocando o valor do “Faturamento” do mês para que seja efetuado o calculo corretamente. Pois na opção anterior foi marcado que seria enquadrado no anexo III com retenção de ISS conforme figura 12. Verificando que seja o mesmo valor que foi colocado no campo receita no mercado interno na figura 8, pois caso seja outro valor, não finalizara o cálculo, pois vai dar incompatibilidade de valor ou podemos dizer que seja valores diferentes.

FIGURA 15 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 15

| CNPJ da Matriz | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | | RBA | RBT12 | Receita do PA |
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

0001

Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao Anexo III com retenção/substituição tributária de ISS.
Para inserir uma nova receita, [clique aqui](#)

| Receita (R\$) | COPFINS | CSLL | INSS/CPP | IRPJ | PIS |
|---------------|---------|------|----------|------|-----|
| | | | | | |

Salvar Voltar Calcular

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Nas figuras 16, 17 e 18 está demonstrado como ficara o cálculo dos impostos pelo anexo III, mas com suas particularidades. Pois cada opção escolhida será seguida caminhos diversos e cálculos diferenciados (FIGURA 16, 17 e 18).

FIGURA 16 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 16

| CNPJ da Matriz | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | | RBA | RBT12 | Receita do PA |
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

Resumo da Apuração no Simples Nacional - Valor devido por tributo

| IRPJ | CSLL | COFINS | PIS/Pasep | INSS/CPP | ICMS | IPI | ISS | Total |
|------|------|--------|-----------|----------|------|------|------|-------|
| 0,00 | 0,00 | 2,13 | 0,00 | 6,01 | 0,00 | 0,00 | 4,18 | 12,32 |

Voltar Salvar

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 17 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 17

| | RBA | RBA | RBT12 | Receita do PA |
|-----------------|------------|-----------|------------|---------------|
| Mercado Interno | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| Mercado Externo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

| Resumo da Apuração no Simples Nacional - Valor devido por tributo | | | | | | | | |
|---|------|--------|-----------|----------|------|------|------|-------|
| Total geral da empresa (R\$) | | | | | | | | |
| IRPJ | CSLL | COFINS | PIS/Pasep | INSS/CPP | ICMS | IPI | ISS | Total |
| 0,00 | 0,00 | 2,13 | 0,00 | 6,01 | 0,00 | 0,00 | 4,18 | 12,32 |

Valor Salvar

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 16 e 17 é demonstrado um cálculo do anexo III sem retenção de ISS com ISS devido a outro município do estabelecimento, colocando o estado e município para qual foi recolhido o ISS. e sem retenção de ISS com ISS devido ao próprio município do estabelecimento conforme figura 16 e 17. Lembrando que o imposto foi calculado com a alíquota de 8,21% da tabela do simples nacional. O valor do imposto será de R\$ 12,32, sendo:

- IRPJ = R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- CSLL = R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- COFINS: R\$ 150,00 x 1,42% = R\$ 2,13
- PIS: R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- INSS/CPP: R\$ 150,00 x 4,00% = R\$ 6,01
- ISS: R\$ 150,00 x 2,79% = R\$ 4,18
- Total: R\$ 150,00 x 8,21 = R\$ 12,32

TABELA 5 – MODELO DO CÁLCULO – PARTE 1

| ANEXO III (Vigência a Partir de 01.01.2012) | | | | | | | |
|--|---------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|
| Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços | | | | | | | |
| Receita Bruta em 12 meses | Alíquot | IRPJ | CSLL | Cofins | PIS/Pa | CPP | ISS |
| Até 180.000,00 | 6,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,00% | 2,00% |
| De 180.000,01 a 360.000,00 | 8,21% | 0,00% | 0,00% | 1,42% | 0,00% | 4,00% | 2,79% |
| De 360.000,01 a 540.000,00 | 10,26% | 0,48% | 0,43% | 1,43% | 0,35% | 4,07% | 3,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00 | 11,31% | 0,53% | 0,53% | 1,56% | 0,38% | 4,47% | 3,84% |
| De 720.000,01 a 900.000,00 | 11,40% | 0,53% | 0,52% | 1,58% | 0,38% | 4,52% | 3,87% |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

TABELA 6 – MODELO DO CÁLCULO – PARTE 2

| | |
|--|--------------|
| Receita Bruta dos Últimos 12 Meses | 237.624,34 |
| Alíquotas da Tabela do Simples - Anexo III | 8,21% |
| Receita do Mês - 05/2016 | 150,00 |
| R\$ do Imposto | 12,32 |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

FIGURA 18 – SITE DO SIMPLES NACIONAL – PARTE 18

| CNPJ do ME/EF | Nome Empresarial | Início de Atividade | Período de Apuração | Regime |
|--------------------|--|---------------------|---------------------|---------------|
| 02.302.260/0001-47 | MAVERFER MANUTENÇÃO DE VAGÕES E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS LT | 16/12/1997 | 05/2016 | Competência |
| | RSSA | RSA | RRT12 | Receita do PA |
| | 264.409,23 | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total | 84.457,29 | 237.624,34 | 150,00 |

| Resumo da Apuração no Simples Nacional - Valor devido por tributo | | | | | | | | |
|---|------|--------|-----------|----------|------|------|------|-------|
| Total geral da empresa (R\$) | | | | | | | | |
| IRPJ | CSLL | Cofins | PIS/Pasep | INSS/CGP | ICMS | IPI | ISS | Total |
| 0,00 | 0,00 | 2,13 | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,13 |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

Na figura 18 é demonstrado um cálculo do anexo III com retenção de ISS conforme figura 12. Lembrando que o imposto foi calculado com a alíquota de 8,21% da tabela do simples nacional. O valor do imposto será de R\$ 8,13, sendo:

- IRPJ = R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- CSLL = R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- COFINS: R\$ 150,00 x 1,42% = R\$ 2,13
- PIS: R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00
- INSS/CPP: R\$ 150,00 x 4,00% = R\$ 6,00
- ISS: R\$ 150,00 x 0,00% = R\$ 0,00

Total: R\$ 150,00 x 8,21 = R\$ 12,31 – (Retenção de ISS R\$ 150,00 x 2,79% = R\$ 4,18) = R\$ 12,31 – R\$ 4,18 = R\$ 8,13

TABELA 7 – MODELO DO CÁLCULO – PARTE 3

| ANEXO III (Vigência a Partir de 01.01.2012) | | | | | | | |
|--|---------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|
| Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços | | | | | | | |
| Receita Bruta em 12 meses | Alíquot | IRPJ | CSLL | Cofins | PIS/Pa | CPP | ISS |
| Até 180.000,00 | 6,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,00% | 2,00% |
| De 180.000,01 a 360.000,00 | 8,21% | 0,00% | 0,00% | 1,42% | 0,00% | 4,00% | 2,79% |
| De 360.000,01 a 540.000,00 | 10,26% | 0,48% | 0,43% | 1,43% | 0,35% | 4,07% | 3,50% |
| De 540.000,01 a 720.000,00 | 11,31% | 0,53% | 0,53% | 1,56% | 0,38% | 4,47% | 3,84% |
| De 720.000,01 a 900.000,00 | 11,40% | 0,53% | 0,52% | 1,58% | 0,38% | 4,52% | 3,87% |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

TABELA 8 – MODELO DO CÁLCULO – PARTE 4

| | |
|---|-----------------------|
| Receita Bruta dos Últimos 12 Meses | 237.624,34 |
| Alíquota da Tabela do Simples - Anexo III | 8,21% |
| Receita do Mês - 05/2016 | 150,00 |
| R\$ do Imposto sem Retenção | 12,32 |
| % de Retenção | 150,00 x 2,79% = 4,18 |
| R\$ do Imposto com Retenção | 8,14 |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

6.11 O QUE É DAS?

DAS é o documento de arrecadação do simples nacional, é uma única guia para o recolhimento de todos os impostos. É uma guia que unifica todos os impostos da empresa. É um tributo federal devido mensalmente cuja alíquota, para empresas prestadoras de serviço, varia de 6% a 22,45% sobre o faturamento mensal da

empresa do Simples Nacional.

O valor da alíquota varia de acordo com o faturamento bruto anual. O objetivo desta contribuição é o de agrupar em uma guia todos os impostos (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/Pasep, CPP, ISS).

FIGURA 19 – MODELO DE DAS

Instituto pela Resolução CGSN nº 11, de 23 de julho de 2007 1ª via

| | | | | |
|---|---------------|---|------------------------------|--------------------|
|  | | MINISTÉRIO DA FAZENDA | | |
| | | CGSN | | |
| DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL | | 02 | COMPETÊNCIA | 05/2016 |
| DAS | | 03 | NÚMERO DO CNPJ | 00.000.000/0000-00 |
| | | 04 | DATA DE VENCIMENTO | 20/06/2016 |
| 01 RAZÃO SOCIAL | | 05 | VALOR DO PRINCIPAL | 12,32 |
| EMPRESA MODELO | | 06 | VALOR DA MULTA | 0,00 |
| Número do Documento: | | 07 | VALOR DO JUROS E/OU ENCARGOS | 0,00 |
| Data limite para acolhimento: 20/06/2016 | | 08 | VALOR TOTAL | 12,32 |
| Versão: 1.4.20.0 | | 09 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente em duas vias) | | |
| 85820000009-0 | 72970328140-5 | 20010714008-2 | 06561543710-3 | |



Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

O vencimento do DAS é sempre no dia 20 de cada mês, quando o dia 20 cair no final de semana, o imposto será antecipado pois se trata de um imposto federal. Se a empresa não faturou no mês automaticamente não terá imposto a pagar.

6.12 RECIBO DO SIMPLES NACIONAL

Após a geração do DAS será gerado o recibo do simples nacional automaticamente demonstrado na figura 20. O recibo é uma prova de quando foi entregue as informações, qual horário foi entregue, qual a receita bruta auferida, qual o valor do faturamento do mês, nome completo da empresa, CNPJ, data de abertura, se consta filiais ou não e a autenticação da receita federal com uma numeração para cada entrega. Lembrando que é necessário gerar o DAS para poder emitir o recibo de entrega da apuração.

FIGURA 20 – MODELO DE RECIBO DE ENTREGA



RECIBO DE ENTREGA DA APURAÇÃO NO PGDAS-D

Declaração Original

1. Informações do Contribuinte

| | |
|---|-------------------------------|
| Nome Empresarial | CNPJ da Matriz |
| Data da Abertura no CNPJ | Optante pelo Simples Nacional |
| CNPJ das filiais presentes nesta declaração | |

2. Resumo da Apuração

2.1 Apuração no Simples Nacional

| Período de Apuração | Número da Apuração | Receita Bruta Auferida | Valor Devido do Principal |
|---------------------|--------------------|------------------------|---------------------------|
| | | | |


3. Informações da Recepção da Apuração no PGDAS-D

| |
|--|
| Data e Horário da Transmissão (Data e Horário de Brasília) |
| Número do Recibo |
| Autenticação |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

6.13 EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL

FIGURA 21 – MODELO DE EXTRATO DO SIMPLES



**Programa Gerador do Documento de Arrecadação
do Simples Nacional - Declaratório**

Declaração Original

Período de Apuração: 01/04/2016 a 30/04/2016

1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz: 00.000.000/0000-00

Nome empresarial: EMPRESA MODELO

Data de abertura no CNPJ: 16/12/1997

Optante pelo Simples Nacional: Sim

Regime de Apuração: competência

Nº da Declaração: 02302260201604001

1.1 CNPJ das filiais presentes nesta declaração:

Nenhuma

2. Apuração do Simples Nacional

2.1 Discriminativo de Receitas

| Total de Receitas Brutas (R\$) | Mercado Interno | Mercado Externo | Total |
|--|-----------------|-----------------|------------|
| Receita Bruta do PA (RPA) - Competência | 29.235,24 | 0,00 | 29.235,24 |
| Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA (RBT12) | 208.389,10 | 0,00 | 208.389,10 |
| Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA proporcionalizada (RBT12p) | | | |
| Receita bruta acumulada no ano-calendário corrente (RBA) | 84.307,29 | 0,00 | 84.307,29 |
| Receita bruta acumulada no ano-calendário anterior (RBAA) | 264.409,23 | 0,00 | 264.409,23 |
| Límite de receita bruta proporcionalizado | 3.600.000,00 | 3.600.000,00 | |

2.2) Receitas Brutas Anteriores (R\$)

2.2.1) Mercado Interno

| 01/2015 | 02/2015 | 03/2015 | 04/2015 |
|-----------|-----------|-----------|---------|
| 24.424,65 | 44.633,69 | 42.033,84 | 0,00 |
| 05/2015 | 06/2015 | 07/2015 | 08/2015 |
| 7.000,00 | 35.874,15 | 0,00 | 550,00 |
| 09/2015 | 10/2015 | 11/2015 | 12/2015 |
| 38.324,15 | 40.474,15 | 31.094,60 | 0,00 |
| 01/2016 | 02/2016 | 03/2016 | |
| 0,00 | 2.250,00 | 52.822,05 | |

2.2.2) Mercado Externo

| 01/2015 | 02/2015 | 03/2015 | 04/2015 |
|---------|---------|---------|---------|
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05/2015 | 06/2015 | 07/2015 | 08/2015 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09/2015 | 10/2015 | 11/2015 | 12/2015 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 01/2016 | 02/2016 | 03/2016 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

2.3) Folha de Salários Anteriores (R\$)

Nenhuma

Número da Declaração: 02302260201604001

Número do Recibo: 01.07.16131.0040476-6

Autenticação: 02094.30234.22864.60961

Página 1

2.4) Fator "r"

Fator "r" - Não se aplica

2.5) Valores Fixos

| | | | |
|---------------------|----------------|---------------|-----------------|
| Valores Fixos (R\$) | ICMS: R\$ 0,00 | ISS: R\$ 0,00 | Total: R\$ 0,00 |
|---------------------|----------------|---------------|-----------------|

2.6) Resumo da Apuração

| | |
|---|---------------------------|
| Receita Bruta Auferida (regime competência) | Valor Devido do Principal |
| 29.235,24 | 2.400,21 |

2.7) Informações da Apuração por Estabelecimento

| | |
|---|---------------------------------------|
| CNPJ Estabelecimento: 02.302.260/0001-47 | |
| Município: PINHAIS | UF: PR |
| Sublimite Estadual: Não | Sublimite de Receita Anual (R\$): Não |
| Impedido de recolher ICMS/ISS no DAS: Não | |

Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio município do estabelecimento

Receita Bruta Informada: R\$ 29.235,24

| Valor devido por tributo (R\$) | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|--------|-----------|----------|------|------|--------|----------|
| IRPJ | CSLL | COFINS | PIS/Pasep | INSS/CPP | ICMS | IPI | ISS | Total |
| 0,00 | 0,00 | 415,14 | 0,00 | 1.169,41 | 0,00 | 0,00 | 815,66 | 2.400,21 |
| Parcela 1: 29.235,24 | | | | | | | | |

| Totais do Estabelecimento | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|--------|-----------|----------|------|------|--------|----------|
| Valor Informado: 29.235,24 | | | | | | | | |
| Total devido por tributo (R\$) | | | | | | | | |
| IRPJ | CSLL | COFINS | PIS/Pasep | INSS/CPP | ICMS | IPI | ISS | Total |
| 0,00 | 0,00 | 415,14 | 0,00 | 1.169,41 | 0,00 | 0,00 | 815,66 | 2.400,21 |

2.8) Total Geral da Empresa

| Valor devido por tributo (R\$) | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|--------|-----------|----------|------|------|--------|----------|
| IRPJ | CSLL | COFINS | PIS/Pasep | INSS/CPP | ICMS | IPI | ISS | Total |
| 0,00 | 0,00 | 415,14 | 0,00 | 1.169,41 | 0,00 | 0,00 | 815,66 | 2.400,21 |

3. Informações da Recepção da Declaração

Data e horário da transmissão da Declaração: 10/05/2016 08:51:02

Número do Recibo: 01.07.16131.0040476-6

Autenticação: 02094.30234.22864.60961

Número da Declaração: 02302260201604001

Número do Recibo: 01.07.16131.0040476-6

Autenticação: 02094.30234.22864.60961

Página 2

O extrato do simples nacional demonstra todas as informações do período de apuração, dos períodos anteriores, em quais atividades enquadradas, se há folha de pagamento ou não, número de declaração, número de autenticação e o valor do tributo dividido por cada imposto (FIGURA 21).

6.14 COMPARATIVOS DE IMPOSTOS

Abaixo será demonstrado o cálculo do imposto entre os lucros do simples nacional, lucro presumido e lucro real, para uma empresa prestadora de serviço.

E assim verificando qual das três tributações é a melhor a ser seguida por uma empresa prestadora de serviço.

6.14.1 Simples Nacional

O regime do Simples Nacional foi introduzido para unificar os tributos administrados por todos os entes federados (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) e abrange os seguintes impostos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA PATRONAL, ICMS e ISS.

De acordo com a Lei Complementar 123 de 14/12/2006, todos os impostos são deduzidos e recolhidos através de uma única guia, o DAS. Atualmente, os ramos de atividades têm direito a essa opção. Empresas com dívidas tributárias, e faturamento acima de R\$ 3.600.000,00 também não podem optar pelo Simples Nacional.

6.14.1.1 Base de Cálculo

A base de cálculo dos tributos e contribuições corresponde à receita bruta auferida no mês.

A forma opcional de determinação da base de cálculo para a apuração dos impostos e contribuições devidos utilizando a receita recebida pelas Microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, é regulamentada pela resolução CGSN 45/2008.

Conforme tabela 9 verificamos qual alíquota está sendo utilizada na coluna amarela e o faturamento na coluna verde, pois se trata de uma nova empresa.

6.14.1.2 Obrigações mensais de Empresas do Simples - DCTF

A Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 1.646/2016 ampliou a lista de tributos que devem ser informados na DCTF pelas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Além da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB - Lei nº 12.546/2011), as empresas optantes pelo Simples Nacional também deverão informar na DCTF os impostos e contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, de que tratam os incisos I, V, VI, XI e XII do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº123, de 2006.

É o que determina a Instrução Normativa nº 1.646/2016 (DOU 31/05), que alterou a Instrução Normativa nº 1.599/2015, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

As empresas optantes pelo Simples Nacional foram incluídas na obrigatoriedade da DCTF com o advento da publicação da Instrução Normativa nº 1.599/2015.

6.14.1.3 Argumento para exigir informações do Simples Nacional

Empresa optante pelo Simples Nacional está obrigada declarar na DCTF desde a competência 12/2015 a CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta de que trata a Lei nº 12.546/2011, deve informar também os demais tributos devidos na qualidade de contribuinte ou responsável. É assim, na contra mão da desburocratização que o fisco está deixando o regime Simples Nacional cada vez menos “Simples”.

Assim, a partir da competência maio de 2016, as empresas optantes pelo Simples Nacional sujeitas ao pagamento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) deverão informar na DCTF os valores relativos:

- I - CPRB;

- II - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- III - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
- IV - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- V - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas; e
- VI - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços.

6.14.1.4 Obrigações mensais de Empresas do Simples – DeSTDA

A DeSTDA foi instituída pelo Ajuste Sinief 12/2015 e deve ser apresentada mensalmente pelos contribuintes a ela sujeitos, optantes pelo Simples Nacional.

Compõe-se de informações em meio digital dos resultados da apuração do ICMS de que tratam as alíneas "a", "g" e "h" do inciso XIII do § 1º do art. 13 da LC 123/2006, de interesse das administrações tributárias das unidades federadas.

A DeSTDA deverá ser apresentada relativamente a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

O arquivo digital da DeSTDA deverá ser enviado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, ou quando for o caso, até o primeiro dia útil imediatamente seguinte. Fatos Geradores de Janeiro a Junho/2016.

O prazo de entrega relativo a fatos geradores ocorridos de janeiro a junho de 2016 foi postergado para o dia 20 de agosto de 2016, conforme Ajuste Sinief 7/2016.

6.14.1.5 Venda de Ativo Imobilizado de Empresas do Simples Nacional

A empresa enquadrada no Simples Nacional, ao alienar bens do Ativo Imobilizado, deverá apurar o ganho de capital.

O ganho de capital será a diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição, diminuído da depreciação, amortização ou exaustão acumulada,

ainda que a microempresa e a empresa de pequeno porte não mantenham a escrituração contábil desses lançamentos.

Na apuração de ganho de capital, os valores acrescidos em virtude de reavaliação somente poderão ser computados como parte integrante dos custos de aquisição dos bens e direitos se a empresa comprovar que os valores acrescidos foram computados na determinação da base de cálculo do imposto.

No caso de a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional não manterem escrituração contábil, deverão comprovar, mediante documentação hábil e idônea, o valor e a data de aquisição do bem ou direito e demonstrar o cálculo da depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Sobre o ganho de capital haverá a incidência do Imposto de Renda à razão de 15%.

O Imposto de Renda devido e recolhido será definitivo, ou seja, não será passível de compensação.

O Imposto de Renda deverá ser recolhido até o último dia útil do mês seguinte ao da alienação, por meio de DARF com o código 0507.

Lei Complementar nº 123/2006, art. 13, § 1º, inciso VI ; Resolução CGSN nº 04/2007, art. 5º, §§ 3º a 7º ; e ADE CODAC nº 90/2007

TABELA 9 – CÁLCULO DA VENDA DE IMOBILIZADO

| | |
|--|------------------|
| Venda do Veículo usado em Abril de 2016 | 45.000,00 |
| Aquisição do Veículo | Junho de 2015 |
| Custo de Aquisição | 55.000,00 |
| Taxa de Depreciação | 40% |
| 40% / 12 Meses | 3,333% |
| Período de Junho de 2015 a Abril de 2016 | 11 Meses |
| Depreciação Acumulada (3,333% * 11) | 36,67% |
| Valor Contábil: | |
| Custo de Aquisição | 55.000,00 |
| (-) Depreciação | 20.166,67 |
| (=) Valor Contábil | 34.833,33 |
| Ganho de Capital: | |
| Valor de Venda | 45.000,00 |
| (-) Valor Contábil | 34.833,33 |
| (=) Lucro | 10.166,67 |
| (x) Alíquota IR | 15% |
| (=) IR Devido | 1.525,00 |

Fonte: O Autor (2016)

TABELA 10 – COMO LOCALIZAR ALÍQUOTA DE EMPRESA NOVA

| DATA | FAT. MÊS | Nº | | | | | | | | | | | % ALÍQ. |
|--------|-----------|-----|------------|---|----|---|-----------|---|----|---|------------|-------|---------|
| jan/16 | 6.975,00 | 1º | - | / | 0 | = | - | X | 12 | = | - | 6,00% | |
| fev/16 | 10.000,00 | 2º | 6.975,00 | / | 1 | = | 6.975,00 | X | 12 | = | 83.700,00 | 6,00% | |
| mar/16 | 15.000,00 | 3º | 16.975,00 | / | 2 | = | 8.487,50 | X | 12 | = | 101.850,00 | 6,00% | |
| abr/16 | 4.871,00 | 4º | 31.975,00 | / | 3 | = | 10.658,33 | X | 12 | = | 127.900,00 | 6,00% | |
| mai/16 | 49.756,00 | 5º | 36.846,00 | / | 4 | = | 9.211,50 | X | 12 | = | 110.538,00 | 6,00% | |
| jun/16 | 30.000,00 | 6º | 86.602,00 | / | 5 | = | 17.320,40 | X | 12 | = | 207.844,80 | 8,21% | |
| jul/16 | 35.000,00 | 7º | 116.602,00 | / | 6 | = | 19.433,67 | X | 12 | = | 233.204,00 | 8,21% | |
| ago/16 | 40.000,00 | 8º | 151.602,00 | / | 7 | = | 21.657,43 | X | 12 | = | 259.889,14 | 8,21% | |
| set/16 | 5.000,00 | 9º | 191.602,00 | / | 8 | = | 23.950,25 | X | 12 | = | 287.403,00 | 8,21% | |
| out/16 | 2.000,00 | 10º | 196.602,00 | / | 9 | = | 21.844,67 | X | 12 | = | 262.136,00 | 8,21% | |
| nov/16 | 12.000,00 | 11º | 198.602,00 | / | 10 | = | 19.860,20 | X | 12 | = | 238.322,40 | 8,21% | |
| dez/16 | 60.000,00 | 12º | 210.602,00 | / | 11 | = | 19.145,64 | X | 12 | = | 229.747,64 | 8,21% | |
| jan/17 | - | 13º | 270.602,00 | / | 12 | = | 22.550,17 | X | 12 | = | 270.602,00 | | |

Fonte: Site do Simples Nacional (2016)

TABELA 11 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO SIMPLES NACIONAL

| Apuração do Simples Nacional | | | |
|------------------------------|-------------------|----------|------------------|
| Mês | Faturamento Mês | Alíquota | Imposto devido |
| jan/16 | 6.975,00 | 6,00% | 418,50 |
| fev/16 | 10.000,00 | 6,00% | 600,00 |
| mar/16 | 15.000,00 | 6,00% | 900,00 |
| abr/16 | 4.871,00 | 6,00% | 292,26 |
| mai/16 | 49.756,00 | 6,00% | 2.985,36 |
| jun/16 | 30.000,00 | 8,21% | 2.463,00 |
| jul/16 | 35.000,00 | 8,21% | 2.873,50 |
| ago/16 | 40.000,00 | 8,21% | 3.284,00 |
| set/16 | 5.000,00 | 8,21% | 410,50 |
| out/16 | 2.000,00 | 8,21% | 164,20 |
| nov/16 | 12.000,00 | 8,21% | 985,20 |
| dez/16 | 60.000,00 | 8,21% | 4.926,00 |
| Total | 270.602,00 | | 20.302,52 |

Fonte: O Autor (2016)

Foram aplicadas as alíquotas do Simples Nacional conforme anexo III de Prestação de Serviço. Que correspondem ao limite mensal, previsto em lei. No ano calendário foi pago de imposto a quantia de R\$ 20.302,52.

Esse imposto corresponde ao recolhimento dos seguintes tributos demonstrado (TABELA 10).

TABELA 12 – DESMEMBRAMENTO DOS IMPOSTOS

| MÊS | FATURAMENTO | IRPJ | CSLL | COFINS | PIS | INSS | ISS | TOTAL |
|--------|-------------|-------|-------|--------|-------|----------|----------|----------|
| | | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,00% | 2,00% | 6,00% |
| jan/16 | 6.975,00 | - | - | - | - | 279,00 | 139,50 | 418,50 |
| fev/16 | 10.000,00 | - | - | - | - | 400,00 | 200,00 | 600,00 |
| mar/16 | 15.000,00 | - | - | - | - | 600,00 | 300,00 | 900,00 |
| abr/16 | 4.871,00 | - | - | - | - | 194,84 | 97,42 | 292,26 |
| mai/16 | 49.756,00 | - | - | - | - | 1.990,24 | 995,12 | 2.985,36 |
| | | 0,00% | 0,00% | 1,42% | 0,00% | 4,00% | 2,79% | 8,21% |
| jun/16 | 30.000,00 | - | - | 426,00 | - | 1.200,00 | 837,00 | 2.463,00 |
| jul/16 | 35.000,00 | - | - | 497,00 | - | 1.400,00 | 976,50 | 2.873,50 |
| ago/16 | 40.000,00 | - | - | 568,00 | - | 1.600,00 | 1.116,00 | 3.284,00 |
| set/16 | 5.000,00 | - | - | 71,00 | - | 200,00 | 139,50 | 410,50 |
| out/16 | 2.000,00 | - | - | 28,40 | - | 80,00 | 55,80 | 164,20 |
| nov/16 | 12.000,00 | - | - | 170,40 | - | 480,00 | 334,80 | 985,20 |
| dez/16 | 60.000,00 | - | - | 852,00 | - | 2.400,00 | 1.674,00 | 4.926,00 |

Fonte: O Autor (2016)

Na tabela 11 demonstra a unificação dos impostos pagos mês a mês. Lembrando que sobre o anexo III, já está sendo recolhidos os encargos da folha (INSS).

6.14.2 Lucro Presumido

Segundo Andrade Filho (2005): Lucro Presumido é a base de cálculo do imposto que será determinada, pela aplicação de um percentual sobre o montante da receita bruta decorrente da venda de mercadoria ou serviços acrescidos de outras receitas e ganhos de capital, apurados na forma da lei.

A apuração do Lucro Presumido será realizada de forma trimestral para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, podendo o contribuinte realizar pagamentos de forma mensal, aplicando a alíquota sobre o faturamento. Os recolhimentos do Pis e da Cofins serão realizados de forma mensal. De acordo com o previsto em lei, a apuração do imposto de renda e contribuição social, no regime de tributação presumida, ou seja, diferente da apuração com base no Lucro Real.

Conforme a Receita Federal (2010), de acordo com o art. 46 da Lei 10.637/2002, podem optar pelo lucro presumido as entidades:

I – cuja receita bruta total, no ano calendário anterior, seja inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses da atividade do ano calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses (limite fixado pela Lei 10.637/2002).

As alíquotas para a apuração pelo Lucro Presumido são as seguintes para empresas prestadoras de serviços.

6.14.2.1 Base de Cálculo do Imposto

A base de cálculo do Imposto de Renda sobre o lucro presumido é determinada a partir da receita bruta decorrente da atividade da pessoa jurídica sendo a receita bruta dos produtos de vendas de bens e serviços. Deloski, (2009).

6.14.2.2 Apuração

O imposto devido em cada trimestre será calculado mediante a aplicação da alíquota sobre a base de cálculo.

Poderá de deduzido do imposto devido, o imposto retido na fonte ou pago.

A parcela do Lucro Presumido que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração, se sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10%. Deloski, (2009).

- Pis: 0,65%
- Cofins: 3,00%
- Irlpj: 15,00% (Presunção de 32,00% = Prestação de Serviço)
- Csl: 9,00% (Presunção de 32,00% = Prestação de Serviço)
- Iss: 5%
- Inss: 20,00%
- Terceiros: 15,80%

TABELA 13 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO LUCRO PRESUMIDO

| Mês | Faturamento do Mês |
|--------------|---------------------------|
| jan/16 | 6.975,00 |
| fev/16 | 10.000,00 |
| mar/16 | 15.000,00 |
| abr/16 | 4.871,00 |
| mai/16 | 49.756,00 |
| jun/16 | 30.000,00 |
| jul/16 | 35.000,00 |
| ago/16 | 40.000,00 |
| set/16 | 5.000,00 |
| out/16 | 2.000,00 |
| nov/16 | 12.000,00 |
| dez/16 | 60.000,00 |
| Total | 270.602,00 |

| Valor dos Salários | |
|---------------------|-----------------|
| Funcionário - 1 | 1.500,00 |
| Funcionário - 2 | 1.600,00 |
| Funcionário - 3 | 1.500,00 |
| Funcionário - 4 | 1.600,00 |
| Funcionário - 5 | 1.500,00 |
| Salários Mês | 7.700,00 |

| INSS + Terceiros | |
|------------------|---------------|
| Inss | 20,00% |
| Senac/Sesc | 1,50% |
| Senai/Sesi | 1,00% |
| Sebrae | 0,60% |
| Incra | 0,20% |
| Salário Educação | 2,50% |
| Rat | 2,00% |
| Fgts | 8,00% |
| Total | 35,80% |

| | |
|------------------|-----------------|
| Salários Mês | 7.700,00 |
| INSS + Terceiros | 35,80% |
| Total | 2.756,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 01/2016 | | |
|-----------------------------------|-------|-----------------|
| Faturamento | | 6.975,00 |
| Pis | 0,65% | 45,34 |
| Cofins | 3,00% | 209,25 |
| Iss | 5,00% | 348,75 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.359,94 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 02/2016 | | |
|-----------------------------------|-------|-----------------|
| Faturamento | | 10.000,00 |
| Pis | 0,65% | 65,00 |
| Cofins | 3,00% | 300,00 |
| Iss | 5,00% | 500,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.621,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 03/2016 | | |
|-----------------------------------|--------|-----------------|
| Faturamento | | 15.000,00 |
| Pis | 0,65% | 97,50 |
| Cofins | 3,00% | 450,00 |
| Iss | 5,00% | 750,00 |
| Irpj | 15,00% | 1.534,80 |
| Csll | 9,00% | 920,88 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.205,68 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 31.975,00 |
| 32,00% | 10.232,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 31.975,00 |
| 32,00% | 10.232,00 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 04/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 4.871,00 |
| Pis | 0,65% | 31,66 |
| Cofins | 3,00% | 146,13 |
| Iss | 5,00% | 243,55 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.177,94 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 05/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 49.756,00 |
| Pis | 0,65% | 323,41 |
| Cofins | 3,00% | 1.492,68 |
| Iss | 5,00% | 2.487,80 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 7.060,49 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 06/2016 | | |
|--|--------|------------------|
| Faturamento | | 30.000,00 |
| Pis | 0,65% | 195,00 |
| Cofins | 3,00% | 900,00 |
| Iss | 5,00% | 1.500,00 |
| Irpj | 15,00% | 4.062,10 |
| Csll | 9,00% | 2.437,26 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 11.850,95 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 07/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 35.000,00 |
| Pis | 0,65% | 227,50 |
| Cofins | 3,00% | 1.050,00 |
| Iss | 5,00% | 1.750,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 5.784,10 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 08/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 40.000,00 |
| Pis | 0,65% | 260,00 |
| Cofins | 3,00% | 1.200,00 |
| Iss | 5,00% | 2.000,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 6.216,60 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 84.627,00 |
| 32,00% | 27.080,64 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 84.627,00 |
| 32,00% | 27.080,64 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 09/2016 | | |
|--|--------|-----------------|
| Faturamento | | 5.000,00 |
| Pis | 0,65% | 32,50 |
| Cofins | 3,00% | 150,00 |
| Iss | 5,00% | 250,00 |
| Irpj | 15,00% | 3.840,00 |
| Csll | 9,00% | 2.304,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 9.333,10 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 10/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 2.000,00 |
| Pis | 0,65% | 13,00 |
| Cofins | 3,00% | 60,00 |
| Iss | 5,00% | 100,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 2.929,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 11/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 12.000,00 |
| Pis | 0,65% | 78,00 |
| Cofins | 3,00% | 360,00 |
| Iss | 5,00% | 600,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.794,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 12/2016 | | |
|--|--------|------------------|
| Faturamento | | 60.000,00 |
| Pis | 0,65% | 390,00 |
| Cofins | 3,00% | 1.800,00 |
| Iss | 5,00% | 3.000,00 |
| Irpj | 15,00% | 3.552,00 |
| Csll | 9,00% | 2.131,20 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 13.629,80 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 80.000,00 |
| 32,00% | 25.600,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 80.000,00 |
| 32,00% | 25.600,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 74.000,00 |
| 32,00% | 23.680,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 74.000,00 |
| 32,00% | 23.680,00 |

| Mês | Faturamento | Imposto |
|--------------|--------------------|------------------|
| jan/16 | 6.975,00 | 3.359,94 |
| fev/16 | 10.000,00 | 3.621,60 |
| mar/16 | 15.000,00 | 6.509,78 |
| abr/16 | 4.871,00 | 3.177,94 |
| mai/16 | 49.756,00 | 7.060,49 |
| jun/16 | 30.000,00 | 11.850,96 |
| jul/16 | 35.000,00 | 5.784,10 |
| ago/16 | 40.000,00 | 6.216,60 |
| set/16 | 5.000,00 | 9.333,10 |
| out/16 | 2.000,00 | 2.929,60 |
| nov/16 | 12.000,00 | 3.794,60 |
| dez/16 | 60.000,00 | 13.629,80 |
| Total | 270.602,00 | 77.268,51 |

| Rateio dos Impostos | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|
| Mês | Faturam. | Pis | Cofins | Iss | Csll | Irpj | Enc. Folha | Total |
| jan/16 | 6.975,00 | 45,34 | 209,25 | 348,75 | | | 2.756,60 | 3.359,94 |
| fev/16 | 10.000,00 | 65,00 | 300,00 | 500,00 | | | 2.756,60 | 3.621,60 |
| mar/16 | 15.000,00 | 97,50 | 450,00 | 750,00 | 920,88 | 1.534,80 | 2.756,60 | 6.509,78 |
| abr/16 | 4.871,00 | 31,66 | 146,13 | 243,55 | | | 2.756,60 | 3.177,94 |
| mai/16 | 49.756,00 | 323,41 | 1.492,68 | 2.487,80 | | | 2.756,60 | 7.060,49 |
| jun/16 | 30.000,00 | 195,00 | 900,00 | 1.500,00 | 2.437,26 | 4.062,10 | 2.756,60 | 11.850,96 |
| jul/16 | 35.000,00 | 227,50 | 1.050,00 | 1.750,00 | | | 2.756,60 | 5.784,10 |
| ago/16 | 40.000,00 | 260,00 | 1.200,00 | 2.000,00 | | | 2.756,60 | 6.216,60 |
| set/16 | 5.000,00 | 32,50 | 150,00 | 250,00 | 2.304,00 | 3.840,00 | 2.756,60 | 9.333,10 |
| out/16 | 2.000,00 | 13,00 | 60,00 | 100,00 | | | 2.756,60 | 2.929,60 |
| nov/16 | 12.000,00 | 78,00 | 360,00 | 600,00 | | | 2.756,60 | 3.794,60 |
| dez/16 | 60.000,00 | 390,00 | 1.800,00 | 3.000,00 | 2.131,20 | 3.552,00 | 2.756,60 | 13.629,80 |
| Total | 270.602,00 | 1.758,91 | 8.118,06 | 13.530,10 | 7.793,34 | 12.988,90 | 33.079,20 | 77.268,51 |

Fonte: O Autor (2016)

6.14.3 Lucro Real

Conceitua-se lucro real como sendo um dos tipos de lucro tributável para fins de legislação do imposto de renda.

De acordo com Oliveira (2003), o Lucro Real é o lucro líquido do período apurado na escrituração, denominado lucro contábil, com os devidos ajustes através de edição, exclusão e compensação que são autorizados pela legislação.

Conforme art. 247 do RIR (1999) o Lucro Real será determinado a partir do lucro líquido apurado no período da escrituração comercial, antes de ser feita a provisão do imposto de renda. Ao lucro líquido serão adicionados os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, e qualquer outro valor deduzido na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não seja

dedutível na determinação do lucro real.

Podem ser compensados de forma total ou parcial, ficando a critério do contribuinte, os prejuízos fiscais do período de apuração anteriores, desde que observando o limite máximo de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões, previstas na legislação tributária. O prejuízo compensável é o apurado na demonstração do lucro real de períodos anteriores e registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). Bettoni, (2010)

6.14.3.1 Base de Cálculo

O lucro real é determinado à partir do resultado positivo do período de apuração obtido na escrituração contábil. Oliveira, (2006)

6.14.3.2 Apuração

O lucro real pode ser apurado trimestralmente, nos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. Pode também ser apurado no período anual, com encerramento em 31 de dezembro. (Young, 2009).

Caso a opção do contribuinte seja a tributar pelo lucro real anual, este deve efetuar o pagamento mensal por estimativa. Young, (2009)

- Pis: 1,65%
- Cofins: 7,60%
- Irlpj: 15,00% ou 25,00% (Presunção de 32,00% = Prestação de Serviço)
- Csl: 9,00% (Presunção de 32,00% = Prestação de Serviço)
- Iss: 5%
- Inss: 20,00%
- Terceiros: 15,80%

TABELA 14 – CÁLCULO DO IMPOSTO NO LUCRO REAL

| Mês | Faturamento do Mês |
|--------------|---------------------------|
| jan/16 | 6.975,00 |
| fev/16 | 10.000,00 |
| mar/16 | 15.000,00 |
| abr/16 | 4.871,00 |
| mai/16 | 49.756,00 |
| jun/16 | 30.000,00 |
| jul/16 | 35.000,00 |
| ago/16 | 40.000,00 |
| set/16 | 5.000,00 |
| out/16 | 2.000,00 |
| nov/16 | 12.000,00 |
| dez/16 | 60.000,00 |
| Total | 270.602,00 |

| Valor dos Salários | |
|---------------------------|-----------------|
| Funcionário - 1 | 1.500,00 |
| Funcionário - 2 | 1.600,00 |
| Funcionário - 3 | 1.500,00 |
| Funcionário - 4 | 1.600,00 |
| Funcionário - 5 | 1.500,00 |
| Salários Mês | 7.700,00 |

| INSS + Terceiros | |
|-------------------------|---------------|
| Inss | 20,00% |
| Senac/Sesc | 1,50% |
| Senai/Sesi | 1,00% |
| Sebrae | 0,60% |
| Incra | 0,20% |
| Salário Educação | 2,50% |
| Rat | 2,00% |
| Fgts | 8,00% |
| Total | 35,80% |

| | |
|------------------|-----------------|
| Salários Mês | 7.700,00 |
| INSS + Terceiros | 35,80% |
| Total | 2.756,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 01/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 6.975,00 |
| Pis | 1,65% | 115,09 |
| Cofins | 7,60% | 530,10 |
| Iss | 5,00% | 348,75 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.750,54 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 02/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 10.000,00 |
| Pis | 1,65% | 165,00 |
| Cofins | 7,60% | 760,00 |
| Iss | 5,00% | 500,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 4.181,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 03/2016 | | |
|--|--------|-----------------|
| Faturamento | | 15.000,00 |
| Pis | 1,65% | 247,50 |
| Cofins | 7,60% | 1.140,00 |
| Iss | 5,00% | 750,00 |
| Irpj | 15,00% | 1.534,80 |
| Csll | 9,00% | 920,88 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 7.349,78 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 04/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 4.871,00 |
| Pis | 1,65% | 80,37 |
| Cofins | 7,60% | 370,20 |
| Iss | 5,00% | 243,55 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.450,72 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 05/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 49.756,00 |
| Pis | 1,65% | 820,97 |
| Cofins | 7,60% | 3.781,46 |
| Iss | 5,00% | 2.487,80 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 9.846,83 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 06/2016 | | |
|--|--------|------------------|
| Faturamento | | 30.000,00 |
| Pis | 1,65% | 495,00 |
| Cofins | 7,60% | 2.280,00 |
| Iss | 5,00% | 1.500,00 |
| Irpj | 25,00% | 6.770,16 |
| Csll | 9,00% | 2.437,26 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 16.239,02 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 31.975,00 |
| 32,00% | 10.232,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 31.975,00 |
| 32,00% | 10.232,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 84.627,00 |
| 32,00% | 27.080,64 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 84.627,00 |
| 32,00% | 27.080,64 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 07/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 35.000,00 |
| Pis | 1,65% | 577,50 |
| Cofins | 7,60% | 2.660,00 |
| Iss | 5,00% | 1.750,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 7.744,10 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 08/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 40.000,00 |
| Pis | 1,65% | 660,00 |
| Cofins | 7,60% | 3.040,00 |
| Iss | 5,00% | 2.000,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 8.456,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 09/2016 | | |
|--|--------|------------------|
| Faturamento | | 5.000,00 |
| Pis | 1,65% | 82,50 |
| Cofins | 7,60% | 380,00 |
| Iss | 5,00% | 250,00 |
| Irpj | 25,00% | 6.400,00 |
| Csll | 9,00% | 2.304,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 12.173,10 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 10/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 2.000,00 |
| Pis | 1,65% | 33,00 |
| Cofins | 7,60% | 152,00 |
| Iss | 5,00% | 100,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 3.041,60 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 11/2016 | | |
|--|-------|-----------------|
| Faturamento | | 12.000,00 |
| Pis | 1,65% | 198,00 |
| Cofins | 7,60% | 912,00 |
| Iss | 5,00% | 600,00 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 4.466,60 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 80.000,00 |
| 32,00% | 25.600,00 |

| | |
|--------|-----------|
| Csll | 80.000,00 |
| 32,00% | 25.600,00 |

| Cálculo do Imposto - Ref. 12/2016 | | |
|--|--------|------------------|
| Faturamento | | 60.000,00 |
| Pis | 1,65% | 990,00 |
| Cofins | 7,60% | 4.560,00 |
| Iss | 5,00% | 3.000,00 |
| Irpj | 25,00% | 5.920,00 |
| Csll | 9,00% | 2.131,20 |
| Encargos - Folha | | 2.756,60 |
| Total | | 19.375,80 |

| | |
|--------|-----------|
| Irpj | 74.000,00 |
| 32,00% | 23.680,00 |
| | |
| Csll | 74.000,00 |
| 32,00% | 23.680,00 |

| Mês | Faturamento | Imposto |
|--------------|-------------------|-------------------|
| jan/16 | 6.975,00 | 3.750,54 |
| fev/16 | 10.000,00 | 4.181,60 |
| mar/16 | 15.000,00 | 7.349,78 |
| abr/16 | 4.871,00 | 3.450,72 |
| mai/16 | 49.756,00 | 9.846,83 |
| jun/16 | 30.000,00 | 16.239,02 |
| jul/16 | 35.000,00 | 7.744,10 |
| ago/16 | 40.000,00 | 8.456,60 |
| set/16 | 5.000,00 | 12.173,10 |
| out/16 | 2.000,00 | 3.041,60 |
| nov/16 | 12.000,00 | 4.466,60 |
| dez/16 | 60.000,00 | 19.357,80 |
| Total | 270.602,00 | 100.058,29 |

| Rateio dos Impostos | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|
| Mês | Faturam. | Pis | Cofins | Iss | Csll | Irpj | Enc. Folha | Total |
| jan/16 | 6.975,00 | 115,09 | 530,10 | 348,75 | | | 2.756,60 | 3.750,54 |
| fev/16 | 10.000,00 | 165,00 | 760,00 | 500,00 | | | 2.756,60 | 4.181,60 |
| mar/16 | 15.000,00 | 247,50 | 1.140,00 | 750,00 | 920,88 | 1.534,80 | 2.756,60 | 7.349,78 |
| abr/16 | 4.871,00 | 80,37 | 370,20 | 243,55 | | | 2.756,60 | 3.450,72 |
| mai/16 | 49.756,00 | 820,97 | 3.781,46 | 2.487,80 | | | 2.756,60 | 9.846,83 |
| jun/16 | 30.000,00 | 495,00 | 2.280,00 | 1.500,00 | 2.437,26 | 6.770,16 | 2.756,60 | 16.239,02 |
| jul/16 | 35.000,00 | 577,50 | 2.660,00 | 1.750,00 | | | 2.756,60 | 7.744,10 |
| ago/16 | 40.000,00 | 660,00 | 3.040,00 | 2.000,00 | | | 2.756,60 | 8.456,60 |
| set/16 | 5.000,00 | 82,50 | 380,00 | 250,00 | 2.304,00 | 6.400,00 | 2.756,60 | 12.173,10 |
| out/16 | 2.000,00 | 33,00 | 152,00 | 100,00 | | | 2.756,60 | 3.041,60 |
| nov/16 | 12.000,00 | 198,00 | 912,00 | 600,00 | | | 2.756,60 | 4.466,60 |
| dez/16 | 60.000,00 | 990,00 | 4.560,00 | 3.000,00 | 2.131,20 | 5.920,00 | 2.756,60 | 19.357,80 |
| Total | 270.602,00 | 4.464,93 | 20.565,75 | 13.530,10 | 7.793,34 | 20.624,96 | 33.079,20 | 100.058,29 |

Fonte: O Autor (2016)

6.15 MEI

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar

no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 45,00 (comércio ou indústria), R\$ 49,00 (prestação de serviços) ou R\$ 50,00 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O MEI pode contratar até 01 (um) empregado com remuneração de um salário mínimo ou piso salarial da categoria, que pode ser consultada no Portal do Empreendedor.

O MEI estará dispensado de emitir nota fiscal para consumidor pessoa física, porém, estará obrigado à emissão quando o destinatário da mercadoria ou serviço for outra empresa, salvo quando esse destinatário emitir nota fiscal de entrada.

O MEI não tem a obrigação de emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, mesmo se realizar vendas interestaduais, exceto se desejar e por opção. (§ 1º do artigo 97, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN de nº 94/2011).

6.15.1 Alguns Benefícios do MEI

- Cobertura Previdenciária: A Previdência ampara os trabalhadores do MEI;
- Menor Custo com Funcionário: Contratar funcionário é mais barato para quem é do MEI;

- Sem Taxa de Registro: Para se formalizar não é preciso pagar nada mais que o boleto mensal;
- Sem Burocracia: Sair da ilegalidade é fácil, prático e rápido;
- Acesso a Serviços Bancários, inclusive Créditos: O MEI pode abrir conta empresarial e até pedir financiamento;
- Compra e Venda em Conjunto: Vantagens em poder comprar e vender juntamente com outras empresas;
- Menos Tributo: Cobrança unificada e barata;
- Controles muito Simplificados: É tão simples e nem precisa de contador;
- Emissão de Alvará pela Internet: Sem taxas, sem burocracia, pro MEI tudo fica mais fácil;
- Possibilidade de Vender para o Governo: MEI pode vender para todas as esferas do governo;
- Serviços Gratuitos: MEI conta com uma rede de empresas que pode prestar serviços de graça;
- Apoio Técnico do Sebrae: O Sebrae ajuda o MEI a organizar seu negócio;
- Possibilidade de Crescimento como Empreendedor: Com tanto apoio e incentivo fica mais fácil crescer;
- Segurança Jurídica: Lei que protege seu negócio.

6.15.2 Explicação dos Benefícios

O MEI consta com vários benefícios para quem se enquadrar e regularizar o seu empreendimento dentro da Lei.

6.15.2.1 Cobertura Previdenciária

Cobertura Previdenciária para o empreendedor e sua família (auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão), com contribuição mensal reduzida - 5% do salário mínimo, hoje R\$ 44,00.

Com essa cobertura o empreendedor estará protegido em caso de afastamento por doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e

salário maternidade, no caso de gestantes e adotantes, após um número mínimo de contribuições. Sua família terá direito a pensão por morte e auxílio reclusão.

6.15.2.2 Menor Custo com Funcionário

Poder registrar até 1 empregado, com baixo custo - 3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo por mês, valor total de R\$ 96,80. O empregado contribui com 8% do seu salário para a Previdência.

Esse benefício permite ao Empreendedor admitir até um empregado a baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer.

6.15.2.3 Sem Taxa de Registro

Todo o processo de formalização é gratuito, ou seja, o empreendedor se formaliza sem gastar um centavo.

O único custo da formalização é o pagamento mensal de R\$ 44,00 (INSS), mais R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) e/ou R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido exclusivamente no Portal do Empreendedor.

Qualquer outra cobrança recebida não é do governo, não está prevista na legislação e não deve ser paga.

6.15.2.4 Sem Burocracia

Obrigação única por ano com declaração do faturamento. Ausência de burocracia para se manter formal, fazendo uma única declaração por ano sobre o seu faturamento que deve ser controlado mês a mês para ao final do ano estar devidamente organizado.

6.15.2.5 Acesso a Serviços Bancários, inclusive Créditos

Com a formalização o Empreendedor terá condições de obter crédito junto aos Bancos, principalmente Bancos Públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

Esses Bancos dispõem de linhas de financiamento com redução de tarifas e taxas de juros adequadas.

6.15.2.6 Compra e Venda em Conjunto

Permitir a união para compras em conjunto através da formação de consórcio de fins específicos.

A Lei faculta a união de Microempreendedores Individuais com vistas à formação de consórcios com o fim específico de realizar compras. Essa medida permitirá aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento das mercadorias compradas uma vez que o volume comprado será maior.

6.15.2.7 Menos Tributo

Baixo custo para se formalizar, sendo valor fixo por mês de R\$ 44,00, para o INSS mais R\$ 1,00, para as atividades de comércio - ICMS e/ou R\$ 5,00, para as atividades de serviços - ISS. O valor pago ao INSS tem o objetivo de oferecer cobertura Previdenciária ao Empreendedor e sua família a baixo custo.

O custo da formalização é de fato muito baixo. No máximo R\$ 45,40 por mês, fixo. Além de permitir ao empreendedor saber quanto gastará por mês, sem surpresas, lhe dará condições de crescer, pois o seu negócio contará com apoio creditício e gerencial, além da tranquilidade para trabalhar em razão da cobertura Previdenciária própria e da família.

6.15.2.8 Controles muito Simplificados

Controles simplificados (não há necessidade de contabilidade formal). Além do custo reduzido, a formalização é rápida e simples, sem burocracia. Após a formalização o empreendedor terá de fazer, anualmente, uma única Declaração de faturamento, também de forma fácil e simples através da Internet.

6.15.2.9 Emissão de Alvará pela Internet

Toda atividade comercial, industrial ou de serviço precisa de autorização da Prefeitura para ser exercida. Para o Microempreendedor Individual essa autorização (licença ou alvará) será concedida de graça, sem o pagamento de qualquer taxa, o mesmo acontecendo para o registro na Junta Comercial.

6.15.2.10 Possibilidade de Vender para o Governo

O Governo é um grande comprador de mercadorias e serviços, nas suas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Para vender para o Governo é preciso estar formalizado.

6.15.2.11 Serviços Gratuitos

O Microempreendedor Individual - MEI tem acesso a assessoria contábil gratuita para a realização da inscrição e da opção ao SIMEI e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual (DASN - SIMEI), por meio de uma rede de empresas contábeis optantes pelo Simples Nacional". Para identificar a rede Escritórios de Contabilidade do seu município, deve-se acessar o site da [FENACON](http://fenacon.org.br).

6.15.2.12 Apoio Técnico do Sebrae

O SEBRAE estará orientando e assessorando os Empreendedores que assim o desejarem. Serão cursos e planejamentos de negócios com vistas a capacitar os empreendedores, tornando-os mais aptos a manterem e desenvolverem as suas aptidões.

6.15.2.13 Possibilidade de Crescimento como Empreendedor

Com todo esse apoio e o fato de estarem no mercado de forma legal, as chances de crescer e prosperar aumentam e o que hoje é apenas um pequeno negócio amanhã poderá ser uma média e até uma grande empresa. Os grandes empresários não nasceram grandes, eles começaram pequenos e foram crescendo aos poucos, de modo sustentável.

6.15.2.14 Segurança Jurídica

Segurança Jurídica - formalização está amparada em Lei Complementar que impede alterações por Medida Provisória e exige quorum qualificado no Congresso Nacional.

O Empreendedor Individual é fruto da aprovação, pelo Congresso Nacional, da [Lei Complementar 128/08](#) que foi prontamente sancionada pelo Presidente Lula. O fato de ser uma Lei Complementar dá segurança ao Empreendedor porque ele sabe que as suas regras são estáveis e para serem alteradas necessitam de outra Lei Complementar a ser votada também pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, ou seja, há uma grande segurança jurídica de que as regras atuais não serão alteradas facilmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi demonstrado neste trabalho, esta pesquisa contribuiu no sentido de explicar e demonstrar o cálculo correto do simples nacional para empresas prestadoras de serviços. Demonstrou também o cálculo dos impostos para empresas prestadoras de serviços na apuração dos regimes de lucro real e lucro presumido e explicando algumas particularidades do MEI (Microempreendedor Individual).

A posição defendida neste trabalho é de que o simples nacional para empresas prestadoras de serviços em alguns ramos de atividades é mais vantajoso do que nas outras tributações sendo elas lucro real ou presumido.

O planejamento tributário é essencial para que a empresa alcance o sucesso e que não pare de crescer no mercado hoje em dia, pois no mercado empresarial atual, estratégias são necessárias para a não queda da empresa, tomando suas decisões corretas.

O objetivo de demonstrar o cálculo correto do simples nacional para empresas prestadoras de serviços foi alcançado, com isso, foram atingidos todos os objetivos específicos..

Dentro da explicação do cálculo do simples, também foi analisado o cálculo do imposto de empresas prestadoras de serviços no lucro presumido e real assim dando uma ênfase maior na preferência do simples nacional para algumas atividades de serviços. Sugere-se que para a escolha de tributação de uma empresa seja feito um estudo minucioso da tributação mais vantajosa, pois por uma escolha incorreta a empresa pode pagar um valor muito alto sem necessidade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia do Curso de Administração**. 1 Ed. São Paulo: Atlas, 2004

Alteração Tabela do Simples Nacional para 2016. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/alteracao-tabela-simples-nacional-2016/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

ANDRADE, M. M de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalho na graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BETTONI, J. **Planejamento Tributário**. Paraná; 2010.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **O que é Simples Nacional?**. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. Resolução **CGSN nº 04, de 30 de maio de 2007**. Dispõe sobre a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), Alterada pela Resolução CGSN nº 14, de 23 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 16, de 30 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 17, de 8 de agosto de 2007, Alterada pela Resolução CGSN nº 19, de 13 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 20, de 15 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 22, de 23 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 23, de 13 de novembro de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 29, de 21 de janeiro de 2008. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2007/CGSN/Resol04.htm>

Acesso em 10 de novembro de 2015.

Cálculo do Simples Nacional – **Empresa nova**. Disponível em:

<http://www.contabeis.com.br/forum/topicos/66647/calculo-do-simples-nacional-empresa-nova/>. Acesso em 10 de março de 2016.

DELOSKI, F. C. **Planejamento Tributário**: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

Destda – Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/guia/destda.htm>. Acesso em 22 de junho de 2016.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – Lucro Presumido ou Lucro Real?.

Disponível em:

http://www.cebrasse.org.br/downloads/html/lucro_presumido_real.html. Acesso em 10 de março de 2016.

ESPEJO, Marcia Bortolucci. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Curitiba: Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Projetos de Pesquisa**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

O que DAS?. Disponível em: <http://blog.agilize.com.br/simples-nacional/o-que-e-das/>. Acesso em 10 de março de 2016.

OLIVEIRA, M. L. **Manual da Contabilidade Tributária**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, M de L.; CHIEREGATO, R; JUNIOR, P. H. J. **Manual de Contabilidade Tributária**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Onde Entregar o DASN-SIMEI – **Declaração Anual**. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSP0/dasnsimei.app/Default.aspx>. Acesso em 10 de maio de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI - **Benefícios**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios>. Acesso em 10 de março de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI - **Legislação**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao>. Acesso em 12 de março de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI – **Leis e Decretos**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/leis-e-decretos>. Acesso em 15 de abril de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI – **Resoluções**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/resolucoes>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI – **Declaração Anual – DASN-SIMEI**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/declaracao-anual-dasn-simei-1>. Acesso em 25 de abril de 2016.

Portal do Empreendedor – MEI – **Declaração Anual – DASN-SIMEI**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-o-mei-deve-preencher-a-declaracao-anual-simplificada-dasn,52686484b071b410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 28 de abril de 2016.

Portal do Empreendedor - MEI – **Obrigações e Responsabilidades do MEI**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/obrigacoes-e-responsabilidades-do-mei>. Acesso em 25 de maio de 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, E. L. da .: MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. Ed. Florianópolis: UFSC/PPGER/LED,2001.

Simples Nacional – **Exigência da DCTF deixa o regime cada vez menos Simples**. Disponível em: <http://sigaofisco.blogspot.com.br/2016/06/simples-nacional-exigencia-da-dctf.html>. Acesso em 21 de junho de 2016

SIMPLES – Venda de Bens do Ativo – Tributação. Disponível em: https://www.webcontabil.com.br/ver_noticia_publica.php?v1=96909&v2=www.sevilha.com.br. Acesso em 21 de junho de 2016.

Simples Nacional – Todos os Serviços. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Servicos/Grupo.aspx?grp=t&area=2>. Acesso em 01 de maio de 2016.

Simples Nacional: tudo que você precisa saber. Disponível em: <https://endeavor.org.br/tudo-sobre/simples-nacional/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

Simples Nacional – Perguntas e Respostas. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/Perguntas/Perguntas.aspx>. Acesso em 01 de março de 2016.

Site do Simples Nacional para 2016. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>. Acesso em 01 de março de 2016.

Soluzione Escritório de Contabilidade para Empresas São Paulo. **Atividades do Simples Nacional.** Disponível em: <http://www.soluzionecontabil.com.br/simples-nacional/>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

SOUZA, Luiz Carlos. **Planejamento Tributário.** Curitiba: Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná. 2015.

Tabela do Simples Nacional para 2016 – ANEXO III. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/simples-nacional-anexoIII.html>. Acesso em 10 de março de 2016.

YOUNG. B. H L. **Lucro Real x Lucro Presumido.** 3. Ed. Curitiba, 2009. (Apostila)

ANEXO 1 - LEIS E DECRETOS RELACIONADOS AO MEI

Lei nº 11.598/2007

Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

Lei Complementar nº 123/2006 -(Lei Geral da Micro e Pequena Empresa)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Lei Complementar nº 128/2008

Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

Lei Complementar nº 139/2011

Altera o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00 e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

Lei Complementar nº 147/2014

Altera Lei Complementar nº 123/2006, com Simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo cobranças de taxas associativas para o MEI, bem como modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006.

Decreto nº 6.884/2009

Cria o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

Resoluções

Resoluções da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

Resolução CGSIM nº 1, de 1º de julho de 2009

Aprova o Regimento Interno do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Resolução CGSIM nº 2, de 1º de julho de 2009

Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual.

Resolução CGSIM nº 10, de 7 de outubro de 2009

Dispõe sobre a padronização de endereços a serem utilizados na REDESIM e no cadastramento do Microempreendedor Individual.

Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009

Dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do Microempreendedor Individual.

Resolução CGSIM nº 18, de 9 de abril de 2010

Regulamenta a Transferência de Dados do Microempreendedor Individual a Entidades representadas no CGSIM e em seus Grupos de Trabalho, Instituições Financeiras e outras. (Redação dada pela Resolução nº 32, de 24 de abril de 2015). Alterada pela Resolução nº 32, de 24 de abril de 2015.

Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010

Dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM

Resolução CGSIM Nº 29, de 29 de Novembro de 2012

Dispõe sobre recomendação da adoção de diretrizes para integração do processo de licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares pertinente à prevenção contra incêndios e pânico à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e dá outras providências.

Resolução CGSIM nº 36, de 02 de maio de 2016

Dispõe sobre o procedimento de cancelamento de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI inadimplente.

Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94

Esta Resolução dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, e dá outras providências. (Lei Complementar nº 123, de 2006 , art. 2º, inciso I e § 6º)

Resolução - RDC 49/2013 - ANVISA

Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.

ANEXO 2 - TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO III

ANEXO 3 - Tabela Simples Nacional - Serviços

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquota Total | IRPJ | CSLL | COFINS | PIS | CPP | ISS |
|--|----------------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|
| De R\$ 0,00 a R\$ 180.000,00 | 6,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 4,00% | 2,00% |
| De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 | 8,21% | 0,00% | 0,00% | 1,42% | 0,00% | 4,00% | 2,79% |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 540.000,00 | 10,26% | 0,48% | 0,43% | 1,43% | 0,35% | 4,07% | 3,50% |
| De R\$ 540.000,01 a R\$ 720.000,00 | 11,31% | 0,53% | 0,53% | 1,56% | 0,38% | 4,47% | 3,84% |
| De R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00 | 11,40% | 0,53% | 0,52% | 1,58% | 0,38% | 4,52% | 3,87% |
| De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.080.000,00 | 12,42% | 0,57% | 0,57% | 1,73% | 0,40% | 4,92% | 4,23% |
| De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.260.000,00 | 12,54% | 0,59% | 0,56% | 1,74% | 0,42% | 4,97% | 4,26% |
| De R\$ 1.260.000,01 a R\$ 1.440.000,00 | 12,68% | 0,59% | 0,57% | 1,76% | 0,42% | 5,03% | 4,31% |
| De R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.620.000,00 | 13,55% | 0,63% | 0,61% | 1,88% | 0,45% | 5,37% | 4,61% |
| De R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00 | 13,68% | 0,63% | 0,64% | 1,89% | 0,45% | 5,42% | 4,65% |
| De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.980.000,00 | 14,93% | 0,69% | 0,69% | 2,07% | 0,50% | 5,98% | 5,00% |
| De R\$ 1.980.000,01 a R\$ 2.160.000,00 | 15,06% | 0,69% | 0,69% | 2,09% | 0,50% | 6,09% | 5,00% |
| De R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.340.000,00 | 15,20% | 0,71% | 0,70% | 2,10% | 0,50% | 6,19% | 5,00% |
| De R\$ 2.340.000,01 a R\$ 2.520.000,00 | 15,35% | 0,71% | 0,70% | 2,13% | 0,51% | 6,30% | 5,00% |
| De R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00 | 15,48% | 0,72% | 0,70% | 2,15% | 0,51% | 6,40% | 5,00% |
| De R\$ 2.700.000,01 a R\$ 2.880.000,00 | 16,85% | 0,78% | 0,76% | 2,34% | 0,56% | 7,41% | 5,00% |
| De R\$ 2.880.000,01 a R\$ 3.060.000,00 | 16,98% | 0,78% | 0,78% | 2,36% | 0,56% | 7,50% | 5,00% |
| De R\$ 3.060.000,01 a R\$ 3.240.000,00 | 17,13% | 0,80% | 0,79% | 2,37% | 0,57% | 7,60% | 5,00% |
| De R\$ 3.240.000,01 a R\$ 3.420.000,00 | 17,27% | 0,80% | 0,79% | 2,40% | 0,57% | 7,71% | 5,00% |
| De R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00 | 17,42% | 0,81% | 0,79% | 2,42% | 0,57% | 7,83% | 5,00% |

ANEXO 3 - TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS – ANEXO IV

ANEXO 4 - Tabela Simples Nacional - Serviços

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquota Total | IRPJ | CSLL | COFINS | PIS | ISS |
|--|----------------|-------|-------|--------|-------|-------|
| De R\$ 0,00 a R\$ 180.000,00 | 4,50% | 0,00% | 1,22% | 1,28% | 0,00% | 2,00% |
| De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 | 6,54% | 0,00% | 1,84% | 1,91% | 0,00% | 2,79% |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 540.000,00 | 7,70% | 0,16% | 1,85% | 1,95% | 0,24% | 3,50% |
| De R\$ 540.000,01 a R\$ 720.000,00 | 8,49% | 0,52% | 1,87% | 1,99% | 0,27% | 3,84% |
| De R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00 | 8,97% | 0,89% | 1,89% | 2,03% | 0,29% | 3,87% |
| De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.080.000,00 | 9,78% | 1,25% | 1,91% | 2,07% | 0,32% | 4,23% |
| De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.260.000,00 | 10,26% | 1,62% | 1,93% | 2,11% | 0,34% | 4,26% |
| De R\$ 1.260.000,01 a R\$ 1.440.000,00 | 10,76% | 2,00% | 1,95% | 2,15% | 0,35% | 4,31% |
| De R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.620.000,00 | 11,51% | 2,37% | 1,97% | 2,19% | 0,37% | 4,61% |
| De R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00 | 12,00% | 2,74% | 2,00% | 2,23% | 0,38% | 4,65% |
| De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.980.000,00 | 12,80% | 3,12% | 2,01% | 2,27% | 0,40% | 5,00% |
| De R\$ 1.980.000,01 a R\$ 2.160.000,00 | 13,25% | 3,49% | 2,03% | 2,31% | 0,42% | 5,00% |
| De R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.340.000,00 | 13,70% | 3,86% | 2,05% | 2,35% | 0,44% | 5,00% |
| De R\$ 2.340.000,01 a R\$ 2.520.000,00 | 14,15% | 4,23% | 2,07% | 2,39% | 0,46% | 5,00% |
| De R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00 | 14,60% | 4,60% | 2,10% | 2,43% | 0,47% | 5,00% |
| De R\$ 2.700.000,01 a R\$ 2.880.000,00 | 15,05% | 4,90% | 2,19% | 2,47% | 0,49% | 5,00% |
| De R\$ 2.880.000,01 a R\$ 3.060.000,00 | 15,50% | 5,21% | 2,27% | 2,51% | 0,51% | 5,00% |
| De R\$ 3.060.000,01 a R\$ 3.240.000,00 | 15,95% | 5,51% | 2,36% | 2,55% | 0,53% | 5,00% |
| De R\$ 3.240.000,01 a R\$ 3.420.000,00 | 16,40% | 5,81% | 2,45% | 2,59% | 0,55% | 5,00% |
| De R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00 | 16,85% | 6,12% | 2,53% | 2,63% | 0,57% | 5,00% |

ANEXO 4 - TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS - ANEXO V

ANEXO 5 - Tabela Simples Nacional - Serviços

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | (r)<0,10 | 0,10=< (r) e (r) < 0,15 | 0,15=< (r) e (r) < 0,20 | 0,20=< (r) e (r) < 0,25 | 0,25=< (r) e (r) < 0,30 | 0,30=< (r) e (r) < 0,35 | 0,35 =< (r) e (r) < 0,40 | (r) >= 0,40 |
|--|----------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------------|
| De R\$ 0,00 a R\$ 180.000,00 | 17,50% | 15,70% | 13,70% | 11,82% | 10,47% | 9,97% | 8,80% | 8,00% |
| De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 | 17,52% | 15,75% | 13,90% | 12,60% | 12,33% | 10,72% | 9,10% | 8,48% |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 540.000,00 | 17,55% | 15,95% | 14,20% | 12,90% | 12,64% | 11,11% | 9,58% | 9,03% |
| De R\$ 540.000,01 a R\$ 720.000,00 | 17,95% | 16,70% | 15,00% | 13,70% | 13,45% | 12,00% | 10,56% | 9,34% |
| De R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00 | 18,15% | 16,95% | 15,30% | 14,03% | 13,53% | 12,40% | 11,04% | 10,06% |
| De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.080.000,00 | 18,45% | 17,20% | 15,40% | 14,10% | 13,60% | 12,60% | 11,60% | 10,60% |
| De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.260.000,00 | 18,55% | 17,30% | 15,50% | 14,11% | 13,68% | 12,68% | 11,68% | 10,68% |
| De R\$ 1.260.000,01 a R\$ 1.440.000,00 | 18,62% | 17,32% | 15,60% | 14,12% | 13,69% | 12,69% | 11,69% | 10,69% |
| De R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.620.000,00 | 18,72% | 17,42% | 15,70% | 14,13% | 14,08% | 13,08% | 12,08% | 11,08% |
| De R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00 | 18,86% | 17,56% | 15,80% | 14,14% | 14,09% | 13,09% | 12,09% | 11,09% |
| De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.980.000,00 | 18,96% | 17,66% | 15,90% | 14,49% | 14,45% | 13,61% | 12,78% | 11,87% |
| De R\$ 1.980.000,01 a R\$ 2.160.000,00 | 19,06% | 17,76% | 16,00% | 14,67% | 14,64% | 13,81% | 13,15% | 12,28% |
| De R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.340.000,00 | 19,26% | 17,96% | 16,20% | 14,86% | 14,82% | 14,17% | 13,51% | 12,68% |
| De R\$ 2.340.000,01 a R\$ 2.520.000,00 | 19,56% | 18,30% | 16,50% | 15,46% | 15,18% | 14,61% | 14,04% | 13,26% |
| De R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00 | 20,70% | 19,30% | 17,45% | 16,24% | 16,00% | 15,52% | 15,03% | 14,29% |
| De R\$ 2.700.000,01 a R\$ 2.880.000,00 | 21,20% | 20,00% | 18,20% | 16,91% | 16,72% | 16,32% | 15,93% | 15,23% |
| De R\$ 2.880.000,01 a R\$ 3.060.000,00 | 21,70% | 20,50% | 18,70% | 17,40% | 17,13% | 16,82% | 16,38% | 16,17% |
| De R\$ 3.060.000,01 a R\$ 3.240.000,00 | 22,20% | 20,90% | 19,10% | 17,80% | 17,55% | 17,22% | 16,82% | 16,51% |
| De R\$ 3.240.000,01 a R\$ 3.420.000,00 | 22,50% | 21,30% | 19,50% | 18,20% | 17,97% | 17,44% | 17,21% | 16,94% |
| De R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00 | 22,90% | 21,80% | 20,00% | 18,60% | 18,40% | 17,85% | 17,60% | 17,18% |

ANEXO 5 - TABELA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS - ANEXO VI

ANEXO 6 - Tabela Simples Nacional - Serviços

| Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Alíquota Total | IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP | ISS |
|--|----------------|-------------------------------------|-------|
| De R\$ 0,00 a R\$ 180.000,00 | 16,93% | 14,93% | 2,00% |
| De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 | 17,72% | 14,93% | 2,79% |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 540.000,00 | 18,43% | 14,93% | 3,50% |
| De R\$ 540.000,01 a R\$ 720.000,00 | 18,77% | 14,93% | 3,84% |
| De R\$ 720.000,01 a R\$ 900.000,00 | 19,04% | 15,17% | 3,87% |
| De R\$ 900.000,01 a R\$ 1.080.000,00 | 19,94% | 15,71% | 4,23% |
| De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.260.000,00 | 20,34% | 16,08% | 4,26% |
| De R\$ 1.260.000,01 a R\$ 1.440.000,00 | 20,66% | 16,35% | 4,31% |
| De R\$ 1.440.000,01 a R\$ 1.620.000,00 | 21,17% | 16,56% | 4,61% |
| De R\$ 1.620.000,01 a R\$ 1.800.000,00 | 21,38% | 16,73% | 4,65% |
| De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 1.980.000,00 | 21,86% | 16,86% | 5,00% |
| De R\$ 1.980.000,01 a R\$ 2.160.000,00 | 21,97% | 16,97% | 5,00% |
| De R\$ 2.160.000,01 a R\$ 2.340.000,00 | 22,06% | 17,06% | 5,00% |
| De R\$ 2.340.000,01 a R\$ 2.520.000,00 | 22,14% | 17,14% | 5,00% |
| De R\$ 2.520.000,01 a R\$ 2.700.000,00 | 22,21% | 17,21% | 5,00% |
| De R\$ 2.700.000,01 a R\$ 2.880.000,00 | 22,21% | 17,21% | 5,00% |
| De R\$ 2.880.000,01 a R\$ 3.060.000,00 | 22,32% | 17,32% | 5,00% |
| De R\$ 3.060.000,01 a R\$ 3.240.000,00 | 22,37% | 17,37% | 5,00% |
| De R\$ 3.240.000,01 a R\$ 3.420.000,00 | 22,41% | 17,41% | 5,00% |
| De R\$ 3.420.000,01 a R\$ 3.600.000,00 | 22,45% | 17,45% | 5,00% |

